



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Contratação

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

Edital de Licitação Nº 0722320/2025

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025/DPE-RO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 26/2025/DPE-RO**

<b>Data de abertura:</b> 25/07/2025		<b>Horário de abertura:</b> 09h00min	
<b>Sistema eletrônico:</b> <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>		<b>Observação:</b> Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF	
<b>Processo SEI:</b> 3001.105830.2024	<b>SRP?</b> Não	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> Não	<b>Reserva de cota?</b> Não
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para 1 (um) veículo tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento pertencente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.			
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 9.370,42 (nove mil trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos).			
<b>Impugnações e Pedidos de esclarecimentos:</b> A t é 22/07/2025 para o endereço <a href="mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br">licitacao@defensoria.ro.def.br</a>		<b>Modo de Disputa:</b> Aberto	<b>Critério de Julgamento:</b> Menor preço global
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:</b> 02 (duas) horas após convocação do Pregoeiro.			

<b>Requisitos básicos:</b> 1. SICAF ou documentos equivalentes; 2. Certidão do CAGEFIMP; 3. Consulta pelo <b>Pregoeiro</b> aos cadastros informativos CAGEFIMP, CEIS e CNIA;	<b>Requisitos específicos</b>  <i>Vide termo de referência</i>
<b>Observações Gerais</b> 1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situado à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO Fone: 69 3217-4713 / (69) 99348-3068.	

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025/DPE-RO**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 26/2025/DPE-RO**  
**Ampla Participação**

A **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, através de seu **Pregoeiro**, designado pela Portaria nº 422/2024/DPG/DPERO de 19 de fevereiro de 2024, publicado no D.O.E. nº 1155 – ano VI, do dia 20 de fevereiro de 2024, torna público que realizará a licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, para contratação do objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI n. **3001.105830.2024**, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30min às 13h30min (horário de Rondônia), pelo telefone (69) 3217-4713, ou pelo e-mail: [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br).

O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**DIA:** 25 de julho de 2025.

**HORÁRIO:** 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**UASG:** 926224

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para 1 (um) veículo tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento**

**pertencente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO, com adjudicação GLOBAL.

## **2. DO VALOR ESTIMADO**

**2.1.** O valor estimado da licitação é de **R\$ 9.370,42 (nove mil trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos)**.

## **3. DA COMUNICAÇÃO**

**3.1.** Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

**3.1.1.** Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br);

**3.1.2.** Alternativamente, a critério do **Pregoeiro** ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

**3.2.** No caso de e-mail, a ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do seu envio.

**3.3.** Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá se realizar pelo e-mail institucional [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br), sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

## **4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

**4.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.3.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, via e-mail para o endereço [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br).

**4.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**4.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

**4.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

**5.1.** Somente poderão participar desta licitação, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

**5.2.** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas

transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

**5.3. Não poderão participar desta licitação:**

**5.3.1.** Aquele que não atenda as condições do edital;

**5.3.2.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**5.3.3.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**5.3.4.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**5.3.5.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**5.3.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**5.3.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**5.3.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**5.3.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**5.3.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.3.11.** Cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração ou que tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

**5.3.12.** Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme justificativa constante do item 5.7 do termo de referência.

**5.4.** A vedação de que trata o item 5.3.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5.5.** O impedimento de que trata o item 5.3.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**5.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.3.3 e 5.3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**5.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**5.8.** O disposto nos itens **5.3.3** e **5.3.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**5.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DOS BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**6.1.** Na presente contratação não serão observados os benefícios previstos nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da vedação imposta no art. 3º, §4º, VIII da referida lei.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**7.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**7.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

**7.2.2.** De que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**7.2.3.** Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

**7.2.4.** Inexiste impedimento à habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

**7.2.5.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**7.2.6.** Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**7.2.7.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**7.2.8.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**7.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**7.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**7.5.** A falsidade nas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**7.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**8.1.** O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, sempre que estes estiverem disponíveis:

**a)** Preço unitário e total, do item;

**b)** Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**c)** Quantidade cotada, vedada a cotação parcial de itens.

**8.2.** No caso de haver divergência entre a descrição do código CATSER no sistema eletrônico e o disposto no Edital, o licitante deverá obedecer ao que está disposto no Edital.

**8.3.** Nos preços propostos devem estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação devem estar inclusos nos preços cotados, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, transporte, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e demais encargos.

**8.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**9.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Pregoeiro** e os licitantes.

## **10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**10.1.** Iniciada a etapa de lances, os licitantes classificados poderão apresentar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo informados, de forma imediata, quanto ao horário e ao valor registrado de cada lance.

**10.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário** do item.

**10.3.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances (conforme consta da Planilha Estimativa de Preços, Anexo II do Edital)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

**10.4.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **"ABERTO"**.

**10.5.** N o **modo de disputa "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.5.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**10.5.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**10.5.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.5.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.5.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **Pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.5.5.1.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.6.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.8.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.9.** No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.10.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **Pregoeiro** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo **Pregoeiro** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.11.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.12.** Encerrada a etapa de lances nos **itens de ampla concorrência**, ocorrendo à situação denominada **empate ficto**, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico se encarregará **automaticamente** de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo estatuto.

**10.12.1.** Para tanto, faz-se necessário que no campo próprio trazido pelo sistema eletrônico, o **licitante** manifeste cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

**10.12.2.** O **licitante** que deixar de assinalar o referido campo não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

**10.12.3.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores a melhor proposta ou melhor lance, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

**10.12.4.** Encerrado os lances, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome do **licitante**. Em seguida, será convocado o **licitante** que se encontre em situação de empate para, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

**10.12.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.12.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, que se encontrem empatados no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

**10.13.** Em caso de equivalência nos valores apresentados por **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas**, em itens exclusivos ou com reserva de cota, será concedida prioridade às MEs e EPPs sediadas **regionalmente**. Essa prioridade será aplicada até o limite de **10% (dez por cento)** em relação ao melhor preço válido, permitindo que as empresas apresentem novos lances de desempate, conforme o Decreto Estadual nº 21.675/2017.

**10.13.1.** As **MEs, EPPs e equiparadas** sediadas regionalmente, que se enquadrarem no subitem anterior, serão convocadas pelo **Pregoeiro**, seguindo a ordem de classificação, através do chat do sistema, para apresentarem novos lances no prazo máximo de **5 (cinco) minutos**, contados a partir da convocação, sob pena de preclusão.

**10.13.2.** Caso as **MEs, EPPs ou equiparadas** sediadas regionalmente não apresentem propostas com valores inferiores ao melhor preço válido da licitação, serão convocadas as demais empresas, na ordem de classificação, que se enquadrem na situação prevista no subitem **10.13**, para exercer o mesmo direito.

**10.13.3.** No caso de empate entre os valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas regionalmente, será realizado sorteio entre elas para definir qual poderá, primeiramente, apresentar a melhor oferta.

**10.14.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**10.14.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.



**10.14.2.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item **10.14.1**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**11.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**11.1.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**11.1.4.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.2.** O **Pregoeiro** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**11.2.1.** É facultado ao **Pregoeiro** prorrogar o prazo estabelecido, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

## **12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**12.1.** Após a negociação de preços, o **Pregoeiro** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**12.2.** A proposta de preços enviada pelo sistema **deverá** conter:

**a )** Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone e e-mail;

**b )** Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

**c )** Valor unitário e valor total do item;

**12.3.** O **Pregoeiro** examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

**12.4.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**12.4.1.** Contiver vícios insanáveis;

**12.4.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no edital e anexos;

**12.4.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação:

12.4.3.1. No caso de obras e serviços de engenharia, serão considerados inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

12.4.3.2. No caso de bens e serviços em geral, será indício de inexequibilidade propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.4.3.3. A inexequibilidade só será considerada após diligência do **Pregoeiro**, que comprove:

12.4.3.3.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.4.3.3.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**12.4.4.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e seus anexos, desde que insanável.

**12.4.5.** O **Pregoeiro**, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**12.5.** Nos **itens**, sempre que a proposta melhor classificada não for aceita, e antes de o **Pregoeiro** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida no item **10.12**.

### 13. DA HABILITAÇÃO

**13.1.** Como condição prévia ao exame da habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta das seguintes informações:

**a)** As declarações prestadas em campo próprio do sistema;

**b)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

**c)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414/2011;

**d)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria-Geral da União - CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

**e)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

**f)** Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo.

**13.2.** Em consulta ao SICAF, caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **Pregoeiro** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**13.2.1.** Será verificada a tentativa de burla por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**13.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**13.2.3.** Constatada a existência de sanção impeditiva de participar na licitação, o **Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**13.3.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte

forma:

**13.3.1.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

**13.3.2.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

**13.3.3.** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**13.4.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**13.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, caso o licitante não envie os documentos via sistema.

**13.6.** A verificação pelo **Pregoeiro**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**13.7.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, de ofício pelo **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**13.8.** Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

**13.9.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**13.9.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**13.9.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.10.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**13.10.1.** Quando houver a inabilitação nos **itens**, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**13.11.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**13.12.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**13.13.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

#### **13.14. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**13.14.1. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus

administradores;

**13.14.2. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**13.14.3. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**13.14.4. Cédula de identificação** dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso;

**13.14.5.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13.15. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**13.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;**

**13.15.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.15.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;

**13.15.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF)**, dentro da validade;

**13.15.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;

**13.15.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

**13.15.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

### **13.16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**13.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**13.16.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício** e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

13.16.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.16.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.16.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

13.16.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao

Sped.

**13.16.3.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

**13.16.4.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **13.17. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**13.17.1. Certidão emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados**, que comprove autorização para atuar na área de seguros, objeto da licitação.

**13.17.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

## **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

**14.2.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

**14.2.2.** O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

**14.3.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**14.5.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.6.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**14.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior** da Defensoria Pública do

Estado de Rondônia adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DOS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

**16.1.** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido neste edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**16.2.** A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual ou ata de registro de preços, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**.

**16.2.1.** O prazo estipulado poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do Contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

**16.4.** Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**16.5.** Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item **16.4**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

**16.5.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

**16.5.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, se houver.

**16.7.** A regra do item **16.6** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item **16.5.1**.

## **17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**17.1.** As infrações e penalidades mencionadas neste item aplicam-se especificamente às disposições da fase externa da licitação, enquanto os regramentos inerentes à execução contratual são estabelecidas no termo de referência e no contrato.

**17.2.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**17.2.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo **Pregoeiro** durante o certame, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**17.2.2.** Não mantiver a proposta, em especial quando:

17.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.2.2.4. Deixar de apresentar amostra;

17.2.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**17.2.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.2.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**17.2.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**17.2.5.** Fraudar a licitação;

**17.2.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.2.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**17.2.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**17.2.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**17.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**17.3.1.** Advertência;

**17.3.2.** Multa;

**17.3.3.** Impedimento de licitar e contratar, e

**17.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**17.4.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**17.4.2.** As peculiaridades do caso concreto

**17.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**17.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**17.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

**17.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **17.2.1**, **17.2.2** e **17.2.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**17.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **17.2.4**, **17.2.5**, **17.2.6**, **17.2.7** e **17.2.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**17.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**17.7.** O procedimento para aplicação de sanções, juntamente com outras medidas pertinentes, está descrito no Regulamento nº 105/2023/DPG/DPERO. Este documento pode ser consultado no site oficial da instituição, acessível por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/legislacao/detalhes/1120>.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação, conforme previsto no **5.3** do Termo de Referência.

## **19. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

**19.1.** Conforme descrito no item **07** do Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** O pagamento será realizado na forma do item **9.3** do Termo de Referência.

## **21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**21.1.** Conforme descrito no item **15.2** do Termo de Referência.

## **22. DA GARANTIA DO CONTRATO**

**22.1.** Conforme descrito no item **5.6** do Termo de Referência.

## **23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**23.1.** Conforme descrito no item **08** do Termo de Referência.

## **24. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1.** A licitação será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**24.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para julgamento de proposta, habilitação ou realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**24.3.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

**24.4.** À contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail) o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.

**24.5.** Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização desta licitação, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

**24.6.** Em caso de discordância existente entre as especificações constantes do sistema



eletrônico e as descritas no Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

**24.7.** Os trabalhos serão conduzidos por **Pregoeiro** da **Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, com certificação digital.

## **25. DOS ANEXOS:**

**25.1.** Fazem parte integrante do presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**25.1.1.** Anexo I - Termo de Referência (Id. 0704560);

**25.1.2.** Anexo II – Estimativa de Preços (Id. 0722322);

**25.1.3.** Anexo III - Modelo de Proposta de Preços (Id. 0722325);

**25.1.4.** Anexo IV – Minuta de Contrato (Id. 0722328).

Porto Velho – RO, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 09/07/2025, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0722320** e o código CRC **5AA7029E**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.105830.2024.

Documento SEI nº 0722320v5



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Diretoria Administrativa

Departamento de Transportes

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

**Processo nº:** 3001.105830.2024

**Tipo:** Compra de Material e Contratação de Serviços

**Assunto:** Seguro da Unidade Móvel - Lei 14.133/2021

**TERMO DE REFERÊNCIA N.º 09/2025**  
**Adendo Modificador nº 03**

## 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para 1 (um) veículo tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento pertencente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** O objeto da contratação está alinhado com o Plano Anual de Compras e Contratações e com o Estudo Técnico Preliminar (0570300).

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

**2.1.** Todas as características deste termo são parâmetros mínimos exigidos para a prestação do serviço, sendo permitida a oferta de serviço(s) com característica(s) superior(es), a ser(em) avaliado(s) pela Administração, conforme especificações a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID.	QUANTIDADE
01	Serviços de Seguro com Cobertura Compreensiva, abrangendo colisão, incêndio, e roubo/furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, em caso de danos materiais e corporais contra terceiros, Acidentes Pessoais a Passageiros – APP, em caso de morte ou invalidez permanente, assistência 24 horas com cobertura de vidros, espelhos retrovisores, e franquia reduzida de veículos em caso de colisão e serviços de resgate (serviços de guincho) para o veículos constante no Anexo A, sem limites de quilometragem dentro do território do Estado de Rondônia.	30127	UND	01

### 2.2. Da Apólice:

**2.2.1.** A apólice deverá ser emitida em até **15 (quinze) dias corridos**, a contar da assinatura do Contrato, acompanhada das condições gerais do seguro, a ser preferencialmente enviada ao e-mail do Departamento de Transporte

(transporte@defensoria.ro.def.br), podendo também ser entregue na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel, Porto Velho-RO.

**2.3.** Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a 0 (zero) hora do dia imediatamente posterior à assinatura do contrato, mesmo que ainda não emitida a apólice, devendo a contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro, entre a data do recebimento da nota de empenho e a emissão da apólice do seguro.

**2.3.1.** O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

**2.3.2.** Após a disponibilização da referida apólice, a DPE terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**2.3.3.** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso pela DPE.

**2.3.4.** O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Termo de Referência, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

**2.3.5.** Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

**2.3.6.** Deverá constar na apólice:

- a. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d. Prêmios discriminados por cobertura.

**2.3.7.** Limites de indenização por cobertura, conforme valores especificados abaixo:

**a. Casco:**

- I. Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da referida tabela na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por colisão, incêndio, roubo ou furto;

**b. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):**

- I. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- II. Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);
- III. Valor para indenização de danos corporais a terceiros: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

**c. Acidente por Passageiro (APP):**

- I. Valor para indenização morte por pessoa: 100.000,00 (cem mil reais);
- II. Valor para indenização invalidez por pessoa: 100.000,00 (cem mil reais);

## **2.4. Das Coberturas:**

**2.4.1.** O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao resgate e transporte (serviço de guincho) e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- a. Indenização por roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros e os espelhos retrovisores;
- b. Danos causados aos vidros, aos espelhos retrovisores, às lanternas e aos faróis;
- c. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
- d. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotagem e abalroamento, ainda que com veículos da própria Defensoria Pública;
- e. Danos provocados por intempéries;
- f. Raios e suas consequências, incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- g. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- h. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- i. Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- j. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (Danos Materiais e Pessoais);
- k. Acidente Pessoal de Passageiro - APP (Morte ou Invalidez);
- l. Danos aos acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- m. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo;
- n. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
  - I. Chaveiro;
  - II. Assistência com socorro mecânico;
  - III. Troca de pneus;
  - IV. Guincho ou transporte do veículo segurado com km ilimitado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, dentro e fora do território do Estado de Rondônia;
  - V. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por imobilização do veículo segurado;
  - VI. Transporte de passageiros e do condutor a serviço da seguradora por roubo ou furto do veículo;
  - VII. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência/sede do condutor e dos ocupantes do veículo;
  - VIII. Remoção para hospital ou domicílio do condutor e dos ocupantes do veículo.

**2.4.2.** Outras coberturas oferecidas pela seguradora, exceto aquelas com prejuízos não indenizáveis;

**2.4.3.** A(s) Contratada(s) deverá(ão) segurar o veículo da DPE sem qualquer limite de quilometragem, nas condições especificadas neste termo de referência.

## **2.5. Da Vistoria:**

**2.5.1.** A(s) licitante(s) interessada(s) em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiverem os veículos, em dias úteis.

**2.5.2.** A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (69) 99236-7014, junto ao Departamento de Transportes da DPE-RO.

**2.5.3.** A vistoria deverá ser realizada pela contratada "in loco", na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**2.5.4.** A opção da não realização de vistoria pela(s) licitante(s) não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

## **2.6. Das Avarias:**

**2.6.1.** Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

**2.6.2.** Após procedimento de recuperação pela DPE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".

**2.6.3.** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

**2.6.4.** Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista neste Termo de Referência, será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

## **2.7. Do Aviso de Sinistro:**

**2.7.1.** A Contratada deverá colocar à disposição da DPE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**2.7.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

## **2.8. Do Endosso:**

**2.8.1.** Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela DPE/RO e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da DPE/RO, aplicando-se as regras constantes nesse Termo de Referência.

**2.8.2.** Poderá ser solicitado também, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

**2.8.3.** A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar de pedido expresso pela DPE.

## **2.9. Da Inclusão, Exclusão e Substituição e veículos:**

**2.9.1.** A qualquer tempo, durante a vigência contratual, a DPE/RO se reservará no direito de incluir ou excluir veículos do Contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

**2.9.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**2.9.3.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência do contrato, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá efetuar o cálculo pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à DPE, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

**X** = Valor anual do prêmio por veículo;

**12** = Número de meses;

**Y** = Valor mensal do prêmio por veículo;

**Z** = Número de meses restantes para o término do contrato;

**VT** = Valor total a ser devolvido à DPE

**2.9.4.** O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela DPE.

**2.9.5.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias corridos.

**2.9.6.** A devolução deverá ser realizada em conta bancária a ser informado pela DPE, devendo a Contratada enviar comprovante assinado.

## **2.10. Da Franquia:**

**2.10.1.** A franquia obrigatória dos veículos definida na apólice será a reduzida.

**2.10.2.** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio).

**2.10.3.** Os valores das franquias reduzidas ofertadas pelas licitantes deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices, e não poderão ultrapassar os limites estabelecidos na Pesquisa Mercadológica anexa a este Termo.

**2.10.4.** Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas, vidros, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativas.

**2.10.5.** A franquia de que trata o subitem anterior será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

**2.10.6.** Havendo sinistro de perda parcial com a necessidade de substituição ou reparo em vidros laterais, dianteiros, traseiros, de teto, faróis, lanternas ou retrovisores, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços, mas somente a franquia de perda parcial (casco).

**2.10.7.** Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela DPE, prioritariamente, à concessionária / oficina que promover o conserto do veículo.

**2.10.8.** Caso a concessionária / oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), à Seguridade Social (INSS), ao FGTS regular, bem como sua Certidão Trabalhista, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**2.10.9.** A liberação do veículo na concessionária / oficina deverá ser no máximo 3 (três) dias úteis após o pagamento da franquia.

**2.10.10.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza.

## **2.11. Dos Salvados:**

**2.11.1.** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

## **2.12. Da Regulação de Sinistro:**

**2.12.1.** Ocorrendo o aviso de sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**2.12.2.** Ocorrendo sinistro com características de “perda total”, a DPE poderá realizar o aviso de sinistro para análise do veículo e repasse da informação a Contratada. Caso seja

confirmada a “perda total” do veículo, a Contratada deverá realizar os procedimentos para indenização integral. Caso não se caracterize a “perda total” do veículo, a Contratada deverá aguardar comunicação da DPE para continuação dos procedimentos do sinistro, visando o reparo do veículo.

**2.12.3.** Decorrido o prazo estabelecido, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, a DPE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com o ônus da execução integralmente.

**2.12.4.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da DPE, conforme legislação vigente.

**2.12.5.** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

**2.12.6.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da DPE, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**2.12.7.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro. Em caso de indenização integral ou roubo, o prazo máximo para o pagamento da indenização será de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da entrega dos documentos solicitados.

## **2.13. Da Indenização:**

**2.13.1.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da Contratada.

**2.13.2.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada.

**2.13.3.** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela DPE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

**2.13.4.** A contratada deverá obedecer o seguinte prazo para pagamento de indenizações:

- a. Após reconhecimento da cobertura, a seguradora terá 30 dias para efetuar o pagamento, conforme Art. 87 da Lei 15.040/2024;
- b. Em caso de mora, incidirá multa de 2% ao mês sobre o valor devido, conforme Art. 88 da Lei 15.040/2024.

## **2.14. Da Indenização Integral:**

**2.14.1.** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

**2.14.2.** Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**2.14.3.** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da seguradora.

## **2.15. Da Avaliação de Risco (Da Guarda e Utilização dos Veículos, do Perfil dos Motoristas):**

**2.15.1.** Os veículos são conduzidos por servidores ou defensores, habilitados, de acordo com suas devidas categorias.

**2.15.2.** Os veículos, quando não estão em serviço, são recolhidos nos estacionamentos dos prédios da DPE.

**2.15.3.** Não há previsão de quilômetros por ano a ser percorridos pelos veículos da frota da DPE, durante o período da vigência do seguro, devido à diversidade de veículos e os seus

USOS.

## **2.16. Da Cessão de Carteira:**

**2.16.1.** É vedada a cessão total ou parcial da carteira de seguros sem autorização prévia da Defensoria Pública;

**2.16.2.** Em caso de cessão autorizada, a seguradora original permanecerá solidariamente responsável por 24 meses.

## **2.17. Do Bônus:**

**2.17.1.** A licitante vencedora deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, caso existentes, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder para o próximo período de vigência das apólices.

## **2.18. Demais Informações:**

**2.18.1.** O início do prazo do contrato de seguro dos veículos ocorrerá a 0 (zero) hora do dia imediatamente posterior à assinatura do contrato pelo representante da seguradora.

**2.18.2.** Os prazos para indenização deverão ser aqueles mencionados no manual do segurado, não devendo ser, o maior deles, superior a 30 (trinta) dias contado da entrega da documentação.

**2.18.3.** A Contratada deverá informar no ato do recebimento da nota de empenho o rol de documentos a serem apresentados pelo CONTRATANTE diante da incidência de sinistro, a fim de evitar alongar o prazo à indenização.

**2.18.4.** A Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco e suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**2.18.5.** Os prazos para assistência 24 horas, serão aqueles previstos no “manual do segurado”.

## **3. DESCRIÇÃO DA NATUREZA DO OBJETO**

**3.1.** O(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s) são caracterizados como comum(ns), nos termos do art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas e de desempenho que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

**3.2.** O(s) serviço(s) a ser(em) contratado(s) é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto, seguro veicular, deve estar disponível durante toda a vida útil do veículo, a fim de resguardar o patrimônio público, conforme disposto no art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/21, sendo a vigência anual mais vantajosa em razão da apólice vigorar por 12 (doze) meses, além de ser prática usual de mercado.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Considerando as competências atribuídas a este Departamento no art. 44, inciso IV e IX da Resolução nº 047/2008-DPG/DPE, o qual consta:

Artigo 44 - Ao Grupo de Transportes compete:

IV - providenciar o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e, se autorizados, o seguro geral;

[...]

IX - zelar pela conservação dos equipamentos e ferramentas utilizados;

**4.2.** Considerando ainda que a Defensoria Pública exerce diversas atividades tanto no perímetro



urbano como fora dele, em trânsitos cada vez mais intensos e em estradas de condições inadequadas, torna-se imprescindível garantir e agilizar a reposição de veículos em perfeitas condições de funcionamento quando envolvidos em roubo/furtos, colisão ou incêndio, resguardando motoristas e passageiros quando do uso de veículos do órgão contra danos materiais e corporais, a fim de garantir a continuidade nas atividades da instituição.

**4.3.** Assim, a presente contratação de serviços é motivada pela necessidade de proteção patrimonial do veículo tipo caminhão-baú adaptado para unidade móvel de atendimento, objeto do Contrato nº 23/2017/DPE/RO. Devido a especificidade do veículo, adaptado às necessidades da Defensoria, com existência de mobiliário próprio e carroceria adaptada, optou-se por realizar um contrato próprio visando facilitar a gestão e fiscalização dos serviços com a devida atenção, principalmente quando considera-se a etapa de pesquisa de preços do processo licitatório e de prorrogação contratual, devido as particularidades do objeto.

**4.4.** Tal proteção se mostra imprescindível ainda, quando se considera as periódicas ocorrências de acidentes de ordem natural, como enchentes e chuvas torrenciais, os quais põem em risco a integridade do patrimônio desta instituição.

**4.5.** Ademais, esse tipo de contratação para veículos oficiais se mostra mais econômico e eficiente que o de eventuais reparos de danos que possam vir a ocorrer nos veículos, inclusive em bens de terceiros, por consequência de sinistro e/ou atos danosos internos e externos, como explanado no item 5 do Estudo Técnico Preliminar - ETP 560 (0570300).

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Conformidade técnica e legal do objeto:**

**5.1.1.** Consubstancia-se em requisito essencial da contratação a conformidade com os parâmetros normativos gerais dispostos no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

**5.1.2.** Além dos parâmetros dispostos no subitem anterior, para atender às necessidades específicas que deram origem a este procedimento, deverão ser observadas as seguintes normativas:

a) **Lei nº 12.305/2010**, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **5.2. Sustentabilidade:**

**5.2.1.** As empresas a serem contratadas deverão adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando ao atendimento das exigências contidas na legislação federal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

**5.2.2.** Sendo assim, a empresa contratada deverá priorizar o redirecionamento dos serviços a empresas que atendam aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Quando possível e economicamente viável, os bens fornecidos devem ser constituídos no todo ou em parte por matéria prima reciclada, atóxica, e/ou biodegradável;

b) A oficina deverá oferecer soluções para a logística reversa de pneus, óleos lubrificantes, baterias, seus resíduos e embalagens, quando for o caso, assegurando o correto descarte e reciclagem, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

### **5.3. Subcontratação:**

**5.3.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, visto que, caso permitida, implicaria em subcontratação integral do objeto, a qual é vedada segundo o art. 122 da Lei 14.133/21, ratificados pelo Tribunal de Contas da União por meio do [Acórdão 6189/2019-TCU – Segunda Câmara](#) e [Acórdão 14193/2018-TCU – Primeira Câmara](#):

#### 5.4. Vistoria:

**5.4.1.** A(s) licitante(s) interessada(s) em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (69) 99236-7014, junto ao Departamento de Transporte, das 7h30 às 13h30, na sede da DPE/RO, situada na Avenida Jorge Teixeira, 1722, bairro Embratel, Porto Velho/RO.

**5.4.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**5.4.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.4.4.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar **declaração formal** assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**5.4.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 5.5. Garantia da proposta:

**5.5.1.** Em virtude da baixa complexidade e valor do objeto, além do procedimento mais célere da modalidade de licitação escolhida, não se vislumbra a necessidade de exigência de garantia contratual da proposta (art. 58 da Lei n.º 14.133/2021).

#### 5.6. Garantia da contratação:

**5.6.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021](#), no percentual de **5% (cinco por cento)**, de acordo com as condições descritas nas cláusulas do contrato.

**5.6.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**5.6.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

**5.6.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação

#### 5.7. Da participação de consórcio, cooperativas ou pessoas físicas:

**5.7.1.** Não serão admitidos consórcios de empresas na contratação, uma vez que o objeto em questão não apresenta alta complexidade e não se trata de uma contratação de grande vulto que justifique tal formação. Permitir a participação de consórcios em um objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico vai de encontro ao princípio da competitividade.

#### 5.8. Dos benefícios para ME/EPP:

**5.8.1.** Na presente contratação **não deverão** ser observados os benefícios previstos nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da vedação imposta no art. 3º, §4º, VIII da referida lei.

#### 5.9. Transição Contratual

**5.9.1.** Aponta-se a necessidade de rescisão do Contrato n.º 016/2018/DPE-RO, de **vencimento em 14 de setembro de 2025**, com empresa especializada na prestação de

serviço de seguro para 1 (um) veículo do tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento pertencente à frota da Defensoria Pública do Estado de Rondônia devido a necessidade de promover a extinção de contratos celebrados pela Lei n.º 8.666/1993.

**5.9.2.** A rescisão só poderá ser determinada após a assinatura de novo contrato, a fim de que a frota da instituição permaneça com cobertura securitária durante todo o período de transição contratual.

**5.9.3.** A rescisão contratual atenderá ao contido na Lei n.º 8.666/93, art. 79, II, sem prejuízo dos créditos a que fizer jus a Contratada ou a Contratante.

**5.9.4.** Considerando que o pagamento para contratos de seguros é realizado uma única vez, logo após a assinatura do Contrato / Termo Aditivo, haverá restituição à Contrante nos moldes do item 25 do [Manual do Segurado](#) <sup>[1]</sup> da empresa contratada MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

**5.9.5.** Ainda que não previsto no instrumento contratual e em seu termo aditivo, deverá ser observado o Regulamento nº 0129/2024-GAB/DPERO, que estabelece padrão de normas contratuais com medidas relacionadas à proteção de dados pessoais, em especial a necessidade de exclusão de dados após o fim da relação contratual.

## **5.10. Gestão Documental:**

**5.10.1.** O gerenciamento de documentos e a tramitação de processos administrativos pertinentes à contratação ora pretendida serão realizados exclusivamente de forma eletrônica, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com observância ao disposto no [Regulamento n.º 025/2018-GAB/DPERO](#), sendo dispensada a tramitação física do procedimento, bem como a realização de procedimentos formais típicos de processo em papel, tais como: capeamento, criação de volumes, numeração de folhas, carimbos e aposição de etiquetas.

**5.10.2.** A(s) adjudicatária(s) será(ão) credenciada(s) como usuária(s) externa(s) do SEI, para que possa(m) assinar eletronicamente o instrumento contratual/ata de registro de preços e outros documentos, receber ofícios e notificações e, quando for o caso, acompanhar o trâmite processual, por prazo determinado, mediante prévia autorização. Apenas em função da total impossibilidade da utilização do SEI ou outro meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato/ata de registro de preços, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

**5.10.3.** Os atos de comunicação oficial encaminhados pela DPE/RO à(s) contratada(s) deverão ser formalizados via SEI, por meio dos recursos *Correio Eletrônico* e *Correspondência Eletrônica*, não sendo admitida a correspondência a partir de e-mails ou contatos telefônicos pessoais/não institucionais de servidores.

**5.10.4.** Contratante e contratada(s) deverão, sempre que possível, emitir certidões, notas fiscais, atestados e outros documentos de forma eletrônica, bem como evitar a impressão de documentos digitais, zelando pela economicidade e pela responsabilidade socioambiental ao longo da contratação.

**5.10.5.** Quando houver, excepcionalmente, o recebimento de documentos externos em meio físico, pertinentes à contratação ora pretendida, estes deverão ser digitalizados e incluídos no SEI, observado o disposto no [art. 21, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 21.794/2017](#)

**5.10.6.** Os documentos gerados e recebidos nos processos administrativos pertinentes à contratação ora pretendida revestem-se de caráter público, podendo ser franqueado o acesso à informação a qualquer interessado que o solicite, nos termos da [Lei n.º 12.527/2012](#), ressalvadas aquelas de natureza pessoal ou sigilosa.

**5.10.7.** Deverá ser adotado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para

divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei n.º 14.133/2021.

## **5.11. Da Segurança da Informação, Confidencialidade, Proteção de Dados Pessoais, Direitos Autorais, Gestão Documental ou Gestão de Riscos**

**5.11.1.** A Contratada deverá observar e cumprir as normas, políticas e regulamentações aplicáveis à segurança da informação, confidencialidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e correlatos, incluindo, mas não se limitando a:

**5.11.1.1.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018);

**5.11.1.2.** Aderir à Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, prevista no Regulamento n.º 053/2021-GAB/DPERO, bem como cumprir rigorosamente os deveres legais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e os deveres contratuais relacionados à proteção de dados pessoais estabelecidos no Regulamento n.º 129/2024-GAB/DPERO.

**5.11.1.3.** Aderir à Política de Segurança da Informação (PSI) da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conforme Resolução n.º 149/2024-CS/DPERO, assumindo o compromisso de cumprir todas as normas, procedimentos e boas práticas de segurança da informação durante a execução do contrato.

**5.11.2.** Não se aplicam, no âmbito deste contrato, normas relativas a direitos autorais e gestão documental, considerando a natureza do objeto.

**5.11.3.** A Contratada será responsável por identificar, avaliar, mitigar e monitorar continuamente os riscos que possam impactar a execução do contrato, devendo adotar as medidas necessárias para assegurar a prestação dos serviços de forma eficiente e segura.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**6.1.** A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de veículos para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência, no edital e seus anexos.

**6.2.** A solução possui natureza comum, uma vez que pode ser objetivamente definida pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, consoante ao art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21.

**6.3.** A descrição da solução refere-se à prestação de serviços de seguro para o patrimônio público, o que caracteriza um serviço contínuo, conforme disposto no art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/21.

**6.4.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses ininterruptos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/21.

**6.5.** Não haverá a adoção do Sistema de Registro de Preços, visto que a contratação não se enquadra nas possibilidades dispostas no art. 3º do Regulamento nº 0103/2023-GAB/DPERO.

### **6.6. Manutenção, assistência técnica e/ou garantia do objeto:**

**6.6.1.** Não se aplica a referida contratação em razão da natureza do objeto.

### **6.7 Instalação, configuração ou treinamento:**

**6.7.1.** Não se aplica a referida contratação em razão da natureza do objeto.

### **6.8. Critérios a serem observados na destinação dos resíduos relacionados à solução:**

**6.8.1** A destinação dos resíduos de possíveis sinistros que possam ocorrer deverá ser realizado pela oficina determinada pela seguradora nos termos do item 5.2 deste termo.

## **6.9. Especificações Preliminares**

**6.9.1.** Conforme item 2.4.1. deste Termo.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**7.1.1.** O(s) serviço(s) deverá(ão) ser executado(s) rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

**7.2. Prazo de execução:**

**7.2.1.** O **prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses**, contados a partir da última assinatura do contrato, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21.

**7.2.2.** Após a disponibilização da referida apólice, a DPE terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**7.2.3.** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso pela DPE.

**7.2.4.** O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Termo de Referência, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

**7.2.5.** Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

**7.3. Local de execução:**

**7.3.1.** O local de execução dos serviços será em todo o território nacional.

**7.4. Materiais utilizados:**

**7.4.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, a exemplo da apólice.

**7.5. Rotinas a serem cumpridas:**

**7.5.1.** A execução contratual observará a rotina abaixo:

**7.5.1.1.** Em caso de sinistro, a contrante entrará em contato com a contratada a fim de relatar o ocorrido e acionar o seguro.

**7.5.1.2.** Após, a contratada irá direcionar os serviços ao estabelecimento mais próximo, habilitado a realizar o serviço necessário a depender do sinistro.

**7.5.1.3.** Realizado o serviço, o estabelecimento emitirá nota fiscal/fatura/documento fiscal semelhante a fim de que a contrante realize o pagamento.

**7.6. Demais informações dos serviços para dimensionamento da proposta:**

**7.6.1.** O dimensionamento da proposta está relacionado à relação de veículos pertencentes a frota da DPE-RO, salvo o caminhão adaptado "Unidade Móvel de Atendimento".

**7.7. Regime de execução:**



**7.7.1.** O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.6. Fiscalização:**

**8.6.1.** Nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021 e do [Regulamento n.º 021/2018/DPG/DPE/RO](#) ou outro que o substitua, será(ão) designado(s) representante(s) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**8.6.2.** Competirá ao fiscal/comissão de fiscalização, dentre outras atribuições previstas em regulamento:

- a)** Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar a execução do objeto, antecipar soluções para problemas potenciais e esclarecer dúvidas da contratada.
- b)** Manter cópias de documentos contratuais e aditivos, conhecendo a legislação pertinente.
- c)** Registrar o teor do contrato, legislação relevante e ocorrências no SEI.
- d)** Orientar a contratada sobre a execução correta do contrato e adotar medidas corretivas quando necessário.
- e)** Controlar prazos, notificar a contratada sobre atrasos injustificados e esclarecer sobre penalidades.
- f)** Em obras e serviços de engenharia, anotar ocorrências no diário de obras.
- g )** Receber provisória ou definitivamente o objeto do contrato, registrando conformidade ou rejeição.
- h)** Informar ao Gestor sobre irregularidades e indícios de crimes.
- i)** Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados.
- j)** Diligenciar pela apresentação de documentação necessária à instrução processual.
- k)** Indicar glosas e sugerir penalidades ao contratado por serviços mal executados.
- l)** Certificar notas fiscais antes do pagamento.

- m)** Prestar orientação e sugerir diretrizes ao Gestor, contratado ou Controle Interno.
- n)** Fiscalizar in loco a execução do objeto, garantindo conformidade com os termos contratuais.
- o)** Solicitar meios materiais e logísticos essenciais ao cumprimento do ofício.
- p)** Identificar e avaliar situações de risco, informando ao Gestor quando necessário.
- q)** Informar afastamentos legais com antecedência para providenciar substituição.

#### **8.6.3. Compete ao fiscal técnico:**

- a )** Assessorar o fiscal do contrato na avaliação técnica da execução do objeto contratual.
- b )** Elaborar um relatório técnico abrangente acompanhando e fiscalizando os serviços.
- c)** Notificar antecipadamente ao Gestor do Contrato sobre seus afastamentos legais, com no mínimo 5 dias úteis de antecedência, para possibilitar a adequada substituição legal.

**8.6.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

**8.6.5.** Para o presente objeto, a fiscalização será realizada pelos servidores a seguir, conforme, salvo necessidade de substituição, a ser consignada em Portaria do Defensor Público-Geral:

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
Gestor titular	Luiza Mascarenhas Anderson	300131730	69 99236-7014	transporte@defensoria.ro.def.br
Gestor suplente	Castiel Ferreira de Paula	300131742	69 99236-7014	transporte@defensoria.ro.def.br
Fiscal titular	Marcia Harter	300130733	69 99236-7014	transporte@defensoria.ro.def.br
Fiscal suplente	Nerian da Silva Feitosa	300131914	69 99236-7014	transporte@defensoria.ro.def.br

#### **8.7. Gestão do contrato:**

**8.7.1.** Competirá ao gestor do contrato, dentre outras atribuições previstas em regulamento:

- a)** Encaminhar os termos contratuais e aditivos para assinatura, podendo solicitar auxílio do fiscal de contrato para execução dessa tarefa;
- b)** Adotar as providências para que a contratada, quando for o caso, faça a prestação de garantia contratual;
- c)** No caso de contrato de terceirização, exigir da contratada a apresentação de contas vinculadas ao contrato;
- d)** Registrar os instrumentos contratuais e outras informações pertinentes no SIAG - Sistema Integrado de Apoio a Gestão ou outro que o substitua, bem como no portal da transparência da Instituição, mantendo-os atualizados;
- e)** Controlar a validade dos contratos comunicando aos respectivos fiscais, com

antecedência mínima de 6 (seis) meses antes do vencimento, para efeito de renovação ou nova licitação;

**f)** Appreciar a manifestação do fiscal e/ou da unidade interessada no objeto adquirido quanto à continuidade ou não do contrato;

**g)** Oficiar à contratada quanto à regularização das faltas registradas e/ou defeitos observados pelo fiscal na execução do contrato, estabelecendo prazo para a correção;

**h)** Informar à Diretoria Administrativa, nos autos respectivos, o não atendimento à determinação de que trata o inciso anterior, manifestando-se quanto às justificativas apresentadas pela contratada;

**i)** Informar à Diretoria Administrativa sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e/ou sanções que entender cabíveis;

**j)** Implantar instrumentos de controle para assegurar a qualidade dos serviços prestados, por meio de formulários para sugestão/reclamação, pesquisas diretas de satisfação, urnas coletoras de opinião e outros mecanismos que permitam aferir qualidade e satisfação dos beneficiários do serviço.

**k)** Cuidar das questões relativas à prorrogação de Contrato junto à unidade competente e aos fiscais, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes, baseado nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

**l)** Outras competências previstas no [Regulamento n.º 021/2018/DPG/DPE/RO](#) ou outro que o substitua.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 9.1. Recebimento:

**9.1.1.** O objeto deste Termo será recebido da seguinte forma:

**a)** Provisoriamente, no ato da entrega das apólices;

**b)** Definitivamente, em até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal/fatura/boleto, após a comprovação da adequação às exigências constantes deste Termo de Referência.

**9.1.1.1.** Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da(s) apólice(s), a empresa ganhadora fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a DPE-RO. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da empresa a ser contratada pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por contrato.

**9.1.1.2..** Excepcionalmente, o prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.1.1.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) serviço(s), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.

**9.1.1.4.** Se, no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

### 9.2. Critérios de liquidação:



**9.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação/certificação da despesa, na forma do [Regulamento n.º 77/2022-GAB/DPERO](#).

**9.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e da Unidade Gestora (FUNDEP ou DPE);
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.2.3.** Os documentos fiscais oriundos dos serviços realizados por empresas terceirizadas devem ser emitidos utilizando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa executora do serviço, ainda que esta seja uma unidade filial.

**9.2.4.** Desconformidades passíveis de correção no ato do recebimento provisório devem ser esclarecidas imediatamente junto ao fornecedor e a despesa não deverá ser inserida na ordem cronológica antes de sua regularização.

**9.2.5.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para liquidação após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

**9.2.6.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

**9.2.7.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a)** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.2.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**9.2.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.2.10.** Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e contraditório, bem ainda, observadas as medidas mínimas necessárias para que não haja descontinuidade do serviço público ou agravamento aos prejuízos à Administração.

**9.2.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 9.3. Pagamento:

**9.3.1.** O pagamento será efetuado **em parcela única**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela(s) Contratada(s), no prazo de até **12 (doze) dias úteis** contados a contar da data da liquidação da despesa, nos termos do [Regulamento n.º 77/2022-GAB/DPERO](#).

**9.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos.

**9.3.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.3.5.** Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e no [Regulamento n.º 105/2023/DPG/DPERO](#).

**9.3.6.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**9.3.7.** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$I = (TX)/365$   $I = \{(6/100)/365\}$   $I = 0,000164384$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 10.1. Da(s) contratada(s)/vencedora(s) do certame:

**10.1.1.** Prestar o(s) serviço(s) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como em conformidade com as condições, preços e prazos estipulados na proposta, mantendo-o(s) sempre em perfeita ordem, e arcando com os ônus necessários à completa entrega do(s) serviço(s), inclusive, substituindo-o(s), no todo ou em parte, quando não aprovado(s) pela Contratante, sem qualquer ônus adicional.

**10.1.2.** Assumir inteira responsabilidade pela entrega do(s) serviço(s) prestado(s).

**10.1.3.** Cumprir todos os prazos estipulados para entrega do(s) serviço(s), substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

**10.1.4.** Emitir a nota fiscal pertinente ao(s) serviço(s) prestado(s), observando o disposto neste Termo de Referência.

**10.1.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza.

**10.1.6.** Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam aos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às recomendações exigidas pela boa técnica, e às normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive o Código de Defesa do Consumidor.

**10.1.7.** Entregar produtos acompanhados da respectiva ficha técnica para conferência das características adequadas.

**10.1.8.** Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.

**10.1.9.** Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) material(is) até o local de entrega.

**10.1.10.** Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega do(s) serviço(s), para adoção de medidas cabíveis.

**10.1.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.

**10.1.12.** Manter durante toda a vigência da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.1.13.** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.

**10.1.14.** Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.

**10.1.15.** Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos.

**10.1.16.** Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação do(s) serviço(s), tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

**10.1.17.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

**10.1.18.** Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, bem como outras previstas em normas específicas, quando estas lhe forem aplicáveis.

**10.1.19.** Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na prestação do(s) serviço(s), objeto do presente termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.

**10.1.20.** Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.

**10.1.21.** Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.

**10.1.22.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

**10.1.23.** Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital

**10.1.24.** Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata/Contrato.

**10.1.25.** Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.

**10.1.26.** Respeitar os prazos previstos no edital e seus anexos.

**10.1.27.** Prestar garantia dos produtos nos termos exigidos no edital e seus anexos.

**10.1.28.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.

## **10.2. Da contratante:**

**10.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) objeto(s) deste termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da(s) Contratada(s).

**10.2.2.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela(s) Contratada(s).

**10.2.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a(s) Contratada(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

**10.2.4.** Prestar à(s) Contratada(s) todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o serviço.

**10.2.5.** Efetuar o aceite de notas fiscais/faturas, emitir termo de recebimento e pagar à(s) Contratada(s) o valor resultante da prestação do(s) serviço(s), na forma estabelecida neste termo.

**10.2.6.** Notificar a(s) Contratada(s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do(s) serviço(s) entregue(s), para que seja(m) substituído(s) ou corrigido(s).

**10.2.7.** Indicar os locais e horários em que deverá(ão) ser prestado(s) o(s) serviço(s).

**10.2.8.** Permitir aos empregados da(s) Contratada(s) acesso às suas dependências por ocasião da entrega e/ou substituição dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega estejam devidamente identificados, observadas demais normas de segurança.

**10.2.9.** Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela(s) Contratada(s).

**10.2.10.** Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos

de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

**10.2.11.** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.

**10.2.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**10.2.13.** Realizar rigorosa conferência das características do(s) serviço(s) entregue(s), pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

**10.2.14.** Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).

**10.2.15.** Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) que a(s) Contratada(s) entregar(em) fora das especificações.

### **10.3. Obrigações Relacionadas à Proteção de Dados Pessoais**

**10.3.1.** Nos termos do [Regulamento n.º 129/2024/DPG/DPERO](#), as Partes se comprometem a, caso realizarem atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”), em razão do objeto deste Contrato, proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais, e declaram que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirão toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018.

**10.3.1.** As disposições contratuais específicas relacionadas à proteção de Dados Pessoais estão detalhadas no **Anexo B** deste Termo de Referência.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1.** O fornecedor será selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, segundo o art. 33, inc. I da Lei 14.133/21.

**11.2.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**, com adjudicação **GLOBAL**.

**11.2.1.** Não se vislumbra motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que este não é divisível.

**11.3.** As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta.

**11.4.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.

**11.5.** No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o serviço, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.

**11.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

## 12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

**12.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 12.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- b) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- c) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) Cédula de identificação** dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- e )** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 12.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;**
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c ) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, dentro da validade;
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF)**, dentro da validade;
- e ) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/2011, dentro da validade;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- g ) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- h) Declaração** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- i ) Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### 12.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.



**12.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado** de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**12.3.2.1.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

**12.3.2.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n.º 14.133/2021, art. 65, §1º).

**12.3.2.3.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **12.4. Qualificação Técnica:**

**12.4.1. Certidão emitida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados**, que comprove autorização para atuar na área de seguros, objeto da licitação.

**12.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional** equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

### **13. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**13.1.** O valor estimado da contratação é **R\$ 9.370,42 (nove mil trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos)**, constante na Planilha Mercadológica elaborada pelo **Departamento de Aquisições**, elaborada em conformidade com os parâmetros previstos no art. 23, § 1º, da Lei n. 14.133/2021 e Regulamento nº 100/2023/DPG/DPERO.

### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA exercício **2025**, e Plano Plurianual - PPA vigente, na dotação abaixo discriminada:

a) **Unidade Orçamentária:** 30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

b) **CNPJ:** 06.188.804/0001-42

c) **Fonte de Recurso:** 1.759.0.08030 – Recursos Vinculados a Fundos – FUNDEP / 2.759.0.08030 – Recursos Vinculados a Fundos – FUNDEP (*Superávit*)

- d) Programa:** 1009 – Estruturação e Modernização da DPE/RO
- e) Ação:** 2531 – Aparelhar e Manter o Funcionamento das Unidades da DPE/RO
- f) Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)
- g) Subelemento:** 69 (Seguros em Geral)

## 15. DO CONTRATO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

### 15.1. Contrato:

**15.1.1.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

**15.1.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**15.1.2.1.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma da prestação do serviço tem natureza continuada;

**15.1.2.2.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que a prestação do serviço tenha sido realizada regularmente;

**15.1.2.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na execução do serviço;

**15.1.2.4.** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**15.1.2.5.** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**15.1.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**15.1.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**15.1.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**15.1.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**15.1.7.** O prazo para assinatura do contrato será de **03 (três) dias úteis**, contados da disponibilização do documento para assinatura eletrônica através do Sistema Eletrônico de Informação.

**15.1.8.** O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

### 15.2. Reajuste:

**15.2.1.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**15.2.2.** Após o interregno de um ano, sempre que solicitado pela Contratada dentro da



vigência contratual, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado)** ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.2.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**15.2.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do [Regulamento n.º 105/2023/DPG/DPERO](#) do o licitante e/ou contratado que:

- I)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V )** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

### **16.2.1. Advertência:**

**16.2.1.1.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

### **16.2.2. Multa moratória:**

**16.2.2.1.** A multa moratória será aplicada ao licitante ou contratado pelas infrações descritas nos incisos I, II e VII do item **16.1**, ressalvada a possibilidade de imposição de penalidade mais grave;

**16.2.2.2.** A multa moratória será calculada em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as seguintes gradações:

- a)** Para obrigações com prazo de cumprimento fixado em até 10 (dez) dias, aplicar-se-á 1% (um por cento) de multa ao dia, limitado ao valor diário de R\$

1.000,00 (mil reais);

**b)** Para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 11 (onze) e 30 (trinta) dias, aplicar-se-á 0,82% (oitenta e dois décimos por cento) de multa ao dia, limitado ao valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais);

**c)** Para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 31 (trinta e um) e 45 (quarenta e cinco) dias, aplicar-se-á 0,71% (setenta e um décimos por cento) de multa ao dia, limitado ao valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais);

**d)** Para obrigações com prazo de cumprimento fixado entre 46 (quarenta e seis) e 60 (sessenta) dias, aplicar-se-á 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento) de multa ao dia, limitado ao valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais); e

**e)** Para obrigações com prazo de cumprimento fixado a partir de 61 (sessenta e um) dias, aplicar-se-á 0,5% (cinco décimos por cento) de multa ao dia, limitado ao valor diário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

**f)** O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

### **16.2.3. Multa contratual:**

**16.2.3.1.** A sanção de multa contratual será aplicada ao licitante ou contratado por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos III, IV, V, VI, VIII, IX, X, XI, e XII do item **16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I e II do item **16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de multa moratória;

**16.2.3.2.** A multa contratual poderá ser aplicada por grave descumprimento das condições pactuadas, autônoma e independentemente da multa moratória, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ao tempo da ocorrência.

**16.2.4. Impedimento de licitar e contratar** com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores desta Defensoria Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;

**16.2.4.1.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao licitante ou contratado pelas infrações descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **16.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

**16.2.5.1.** A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante ou contratado pelas infrações descritas nos incisos VIII, IX, X, XI, e XII do item **16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item **16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.3.** Caberá ao(à) gestor(a) do contrato/ARP a aplicação da penalidade prevista no item **16.2.1**.

**16.4.** Caberá ao(à) Diretor(a) Administrativo(a) a aplicação da penalidade prevista no item **16.2.2**.

**16.5.** Caberá ao(à) Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento a aplicação das penalidades previstas nos itens **16.2.3** e **16.2.4**.

**16.6.** Caberá, exclusivamente, ao(à) Defensor(a) Público(a)-Geral do Estado a aplicação da penalidade prevista no **16.2.5**.

**16.7.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**16.8.** Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**16.9.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo estipulado no [Regulamento n.º 105/2023/DPG/DPERO](#).

**16.9.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.9.2.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

**16.9.3.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no [Regulamento n.º 105/2023/DPG/DPERO](#).

**16.10.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

**16.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**16.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.10.4.** Os danos que dela provierem para o contratante;

**16.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.11.** A Defensoria deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da aplicação da sanção, registrar no Cadastro de Fornecedores desta Defensoria Pública, no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Rondônia, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, conforme o caso.

**16.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

## **17. ANEXOS**

**17.1.** Anexo A: Especificações técnicas;

**17.2.** Anexo B: Disposições contratuais relacionadas à proteção de dados pessoais

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

**Luiza Mascarenhas Anderson**  
Técnica Administrativa

**Castiel Ferreira de Paula**  
Chefe do Departamento de Transportes

## **ANEXO - A**

### **VEÍCULO DO TIPO CAMINHÃO – DESCRITIVO TÉCNICO**

#### **1. MOTORIZAÇÃO/CHASSI**

- I. Motor a diesel atendendo as normas PRONCOVE-P7 (EURO V);
- II. Motor 6 cilindros, potencia 275 cv, injeção eletrônica, tração 6x2;
- III. Cambio 8 marchas a frente e 1 a ré;
- IV. Entre eixo de 5200mm (1º e 2º eixos);
- V. Suspensão dianteira com feixe de molas semielípticas de duplo estágio, amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação, barra estabilizadora;
- VI. Na traseira, eixo rígido motriz e eixo auxiliar, tag-tanden tipo balancim com suspensor eletropneumático para eixo auxiliar, mola semielípticas assimétricas trapezoidais;
- VII. PBT 23.000Kg;
- VIII. Direção hidráulica integral;
- IX. Freio de serviço a ar, tambor na dianteira e traseira com ABS+EBD;
- X. Freio motor no cabeçote, com válvula tipo borboleta;
- XI. Sistema sonoro para marcha a ré;
- XII. Veículo dotado de todos os acessórios e documentos exigidos pelo DENATRAN;

#### **2. HABITÁCULO (CABINE) DO MOTORISTA**

- I. Ar condicionado;
- II. Radio com MP3, WMA e USB;

#### **3. ESTRUTURA/BAÚ**

- I. Comprimento total: 11.06 mm;
- II. Largura externa: 2.600 mm;
- III. Altura do Baú: 2.700 mm

#### **4. PERFIS ESTRUTURAIS SOBRE O CHASSI**

- I. Estrutura da base com longarinas estruturais em perfis “U”, reforçadas com mãos francesas duplas;

#### **5. PERFIS ESTRUTURAIS DAS LATERAIS E DO TETO DO BAÚ**

- I. Em perfis fabricados em duralumínio extrudado ou aço galvanizado do tipo “cartola” ou “ômega”, com alma de 31mm, dispostos simetricamente nas laterais e teto com quantidade mínima de 3 perfis por chapa. Na parede frontal as colunas são reforçadas com 3 perfis por chapa de aço carbono para sustentação dos suportes dos aparelhos condicionadores do ar. Os perfis utilizados são resistentes a cargas pontuais (concentradas e estáticas), sem deformação (flecha) permanente, tanto para as laterais, quanto para o teto.

#### **6. REVESTIMENTO EXTERNO DAS PAREDES E DO TETO DO BAÚ**

I. Revestimento externo do baú em chapas lisas de liga de alumínio, de espessura de 02 (dois) mm, tanto para as paredes laterais quanto para as paredes frontal e traseira, fixadas aos perfis estruturais por rebites e/ou coladas.

II. O teto do baú em chapa lisa, de liga de alumínio de 0,7 mm de espessura, fixadas por rebites ou coladas. O acabamento é com calhas laterais tipo pingadeira “J”, que facilita o escoamento da água. Todas as junções são impermeabilizadas com material a base de PU com acabamento em manta asfáltica, garantindo a total estanqueidade contra água e poeira, em qualquer condição de uso.

III. Pintura externa das partes metálicas em PU na cor branca;

IV. Instalação elétrica da carroceria conforme normas do CNT (Adequação na posição das lanternas traseiras); Adesivos refletivos, conforme deliberação 27 de 18/04/2001 do Denatran;

## **7. SISTEMA DE NIVELAMENTO (PATOLAMENTO)**

I. O caminhão tem 04 (quatro) pés de apoio, mecânicos, com acionamento por manivela, para pequenos nivelamentos e estabilidade da unidade móvel;

## **8. PLATAFORMA/PORTA DE ELEVAÇÃO (PNE)**

I. A plataforma/porta de elevação (PNE) para acesso de pessoas com mobilidade reduzida é automatizada por sistema hidráulico (atuadores e comando de válvulas), confeccionada em perfis de duralumínio e perfis de aço carbono, revestida externamente em chapas de alumínio de 2mm lisas, e revestimento interno em chapas de aço inoxidável, corrimãos dobráveis em aço inoxidável.

## **9. ADEQUAÇÕES EXTERNAS**

### **9.1 QUADRO DE PORTAS**

I. Construídos em perfis dobrados de aço carbono, soldados eletricamente, com reforços nos cantos superiores e tratamento anticorrosivo idêntico ao aplicado no sobre chassi.

### **9.2 BAGAGEIROS**

I. Os bagageiros localizados nas laterais do veículo, do tipo caixa, são totalmente integrados ao chassi e baú, confeccionados em perfis de aço carbono soldados ao chassi e travessas. As portas de acesso têm estrutura em perfis de alumínio com fechamento em chapa lisa alumínio, articuladas por dobradiça e travamento por fechaduras em aço inoxidável com chaves. Possuem vedação em borracha de contato que garantirá a completa vedação contra água e poeira. O piso é em chapa de aço, a sua parte interna revestida com acabamento em manta emborrachada. Toda a estrutura tem tratamento anticorrosivo e as partes externas tem acabamento igual ao aplicado ao baú.

### **9.3 ESCADA DE ACESSO**

I. 01 (uma) escada de acesso removível, fabricada em perfis de aço carbono com degraus em chapa de alumínio antiderrapante. Para segurança dos usuários tem um par de corrimãos, desmontáveis, fabricados em tubos de aço inoxidável;

### **9.4 ADESIVAGEM/PLOTAGEM**

I. Possui adesivagem externa, do tipo envelopamento, através de grafismo e textos, aplicados

por toda a extensão das laterais e traseira da unidade móvel. Confeccionada pelo sistema de “plotagem” com Película autoadesiva, impressa digitalmente com 1440 DPI de alta resolução gráfica;

## **9.5 PORTA PALCO DO LADO DIREITO**

I. 01 (uma) Porta Palco na lateral direita do veículo, com medidas de 5.500mm x 2.400mm (C x L), fabricada com perfis de alumínio extrudado, com acabamento externo em chapas de alumínio, semelhante ao do baú. Sua abertura e fechamento são por dobradiças, fixadas ao quadro da porta automatizado por sistema hidráulico (atuadores e comando de válvulas). A sua parte interna é revestida com chapa de compensado naval de 18 mm de espessura e sobre ela por manta vinílica de 2 mm de espessura igual ao restante do piso da unidade móvel. Para o deslocamento do avanço são embutidos no piso da porta palco perfis fabricados em aço inoxidável.

II. Há sistema de travamento da porta, por acionamento hidráulico; O sistema hidráulico é acionado por alavancas.

## **9.6 SAIA DE FECHAMENTO DA PORTA PALCO**

I. Para o fechamento da parte inferior da porta palco, foi instalada saia fabricada em lona de alta resistência e fixada por velcro para proteção e acabamento.

## **9.7 AVANÇO LATERAL**

I. 01 (um) avanço lateral, com medidas de 5.150mm x 2.300mm (C x L) composto por três paredes interligadas construídas em perfis de alumínio extrudado com junção por solda. O fechamento é em chapa lisa de alumínio no teto (pintura em PU na cor branca) e nas laterais policarbonato cristal de 6 mm de espessura com aplicação de película protetora escura “insulfilm”, ou policarbonato do tipo fumê. Para sua movimentação são instalados rodízios na base da estrutura e movimentação com sistema automático. O sistema hidráulico é acionado por alavancas.

## **9.8 PÉS DE APOIO**

I. 04 (quatro) pés de apoio, em L, para a porta palco Direita, fabricados em perfis de aço carbono, com sistema de regulação de altura e sapatas articuladas.

## **9.9 COBERTURA EXTERNA (TOLDO)**

I. Cobertura tipo toldo retrátil confeccionado em lona trançada do tipo “Durasol®” de alta resistência, fixado externamente na lateral ou teto do baú, sobre a porta palco, porta de acesso e sobre a porta PNE/Plataforma, na traseira do veículo, fabricado com estrutura em tubo de alumínio/ e ou aço inoxidável, abertura por catraca e calha de proteção.

## **9.10 GERADOR**

I. 01 (um) gerador silenciado, com capacidade de 100 Litros, movido a diesel, com chave de partida manual que atenda a demanda de energia da Unidade Móvel;

# **10. COMPOSIÇÃO DOS AMBIENTES**

## **10.1 SALA DE ESPERA / AVANÇO**

- I. Ambiente climatizado, expansível na Sala de Avanço, composto por:
- II. 12 (doze) cadeiras, do tipo empilhável, fabricadas em aço e assento em polipropileno;
- III. 01 (um) bebedouro elétrico, para galão de 20 litros, com sistema adaptador para garrafão, com duas torneiras super-resistentes uma para água natural e outra para água gelada. Sistema de refrigeração eletrônico, com dreno para remoção de água e com bandeja de água removível;
- IV. 01 (um) gabinete móvel confeccionado em MDF que condiciona o bebedouro elétrico;
- V. 04 (quatro) extintores de incêndio, 4kg, tipo pó químico seco ABC. Os extintores de uso múltiplo para as classes A, B e C utilizam Monofosfato de Amônia siliconizado como agente extintor.

## **10.2 SALA DE AUDIÊNCIA / CONCILIAÇÃO**

- I. Ambiente climatizado e privativo, com porta de correr com revestimento em formica texturizada,;
- II. 01 (uma) mesa de trabalho e atendimento, com gaveta, com tampo confeccionado em MDF, cantos arredondados, pintura em Laca PU, ou em MDF texturizado revestido do tipo amadeirado com acabamento com fita de borda, que oferece maior proteção e impermeabilização;
- III. 01 (uma) cadeira do tipo executiva, com base giratória e rodízios, com braços estofamento injetado e revestimento em courvin.
- IV. 03 (três) cadeiras, tipo secretária, com base giratória e rodízios com estofamento injetado e revestimento em courvin;
- V. 01 (um) Gabinete modular, confeccionado em MDF, que acomoda a impressora;
- VI. 01 (um) Roteador Wireless, porta USB 2.0 para modem 3G, 1 porta WAN 10/100Mbps, 4 portas LAN 10/100Mbps, (TP Link ou similar); Que é compartilhado entre os ambientes;
- VII. 01 (um) Aparelho de ar condicionado de 12.000 BTU's;

## **10.3 SALA DE ATENDIMENTO**

- I. Ambiente climatizado para atendimento ao público;
- II. 01 (uma) mesa do tipo bancada, para 4 atendentes, confeccionado em MDF, cantos arredondados, pintura em Laca PU ou em MDF texturizado revestido do tipo amadeirado com acabamento com fita de borda; com divisória em MDF;
- III. 08 (oito) cadeiras, tipo secretária, com base giratória e rodízios com estofamento injetado e revestimento em corvin, na cor preto;
- IV. 01 (um) gabinete do tipo bancada com portas, prateleiras internas e gavetas, confeccionado em MDF, cantos arredondados, pintura em Laca PU ou em MDF texturizado revestido do tipo amadeirado com acabamento com fita de borda;
- V. 01 modulo do tipo gabinete, confeccionado em MDF, com cantos arredondados, pintura em Laca PU ou em MDF texturizado revestido do tipo amadeirado com acabamento com fita com porta e gavetas;
- VI. 02 (dois) aparelhos de ar condicionado, do tipo Split, de 18.000 Btu's;

## **10.4 COPA**

- I. 01 (um) Gabinete modular, que acomoda o frigobar, com pia em aço inox 304 e torneira com acionamento manual, tampo confeccionado em MDF Branco;

- II. 01 (um) Armário aéreo, confeccionado em MDF, com portas e prateleiras;
- III. 01 (um) frigobar de 79 litros; IV. 01 (um) micro-ondas de 30 litros;
- V. 01 (uma) cafeteira elétrica, bivolt, 500watts, prepara até 12 cafés (600ml)
- VI. 01 (um) kit display contendo papeleira e saboneteira;
- VII. 01 (um) Aparelho de ar condicionado de 12.000 BTU's;

## **10.5 BANHEIRO ACESSÍVEL**

- I. 01 (um) vaso sanitário com assento almofadado
- II. 01 (um) Módulo, confeccionado em MDF com pia em aço inox 304 e torneira com acionamento manual;
- III. 01 (um) kit display contendo papeleira e saboneteira.
- IV. 01 (um) kit de barras para acessibilidade.

## **11. ADAPTAÇÕES TÉCNICAS**

### **11.1 PAREDES E TETO**

I. As paredes e teto possuem Isolamento através de placas de poliestireno de média densidade, aplicadas na parte interna da unidade, entre a chapa de alumínio externa e o acabamento interno, garantindo o melhor conforto térmico e acústico. Com revestimento em MDF de 6 mm, melamínico texturizado na cor branca, fixado a estrutura do baú, com acabamento nas junções por perfis específicos e acabamento em PU, material vedante que garante maior vida útil da unidade.

### **11.2 PISO**

I. Constituído de madeira compensada tipo naval, com 15 mm de espessura, resistente ação da água e fungos, preso por parafusos tipo francês com cabeça embutida, evitando ressalto que possam comprometer a qualidade. Sobre a madeira é colado piso vinílico com espessura de 2,0mm, resistente de fácil limpeza e assepsia.

II. As furações provenientes dos rebites ou parafusos de fixação do contra piso de madeira na estrutura metálica são totalmente preenchidas com massa rígida bi componente adequada para não interferir a fixação do piso.

### **11.3 DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA**

I. Todo o cabeamento, barramentos e disjuntores são conforme NBR e ABNT. São divididos em circuitos e centralizados em um QDG (Quadro de Distribuição Geral). O quadro de entrada de energia instalado no bagageiro estando previsto sistema de transformação com chave seletora para tensões de entrada 220/380v;

II. A iluminação é por lâmpadas de LED sobrepostas ao teto e atende as normas de luminotécnica. São instaladas luzes de emergência com bateria própria na quantidade suficiente para atender as normas vigentes.

III. São instalados pontos de energia e lógica para os equipamentos e nas proximidades das mesas, no padrão vigente e nas normas específicas, com tensão de 220V, suficientes para a interligação com todos os aparelhos elétricos instalados no interior do veículo.

IV. Os condutores são em cobre ou alumínio isolados com camada de plástico, para 700 V, com bitolas compatíveis com os projetos específicos.



V. Aterramento – para proteger os equipamentos e evitar descargas elétricas nos usuários, constituído de uma haste metálica de 1500 mm, enterrada através de uma perfuração com cabo para interligação de 15 m de comprimento.

VI. Para a conexão com rede externa foi fornecida extensão de 30 metros em cabo PP com conectores industriais tipo Steck. Na unidade tem tomada industrial compatível com o projeto elétrico para receber a conexão externa.

VII. Possui um gerador a diesel capaz de alimentar todos os equipamentos elétricos da unidade, instalado no bagageiro localizado no lado esquerdo, porta traseira.

VIII. Possui um rack, padrão 19 polegadas, em que são instalados os periféricos de tecnologia/informática e os equipamentos de transmissão de dados.

#### **11.4 CLIMATIZAÇÃO**

I. São utilizados para climatizar o ambiente o ambiente interno, aparelhos condicionadores de ar do tipo split com capacidade total de 42.000 BTU's, disposto no interior da unidade.

#### **11.5 SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO**

I. Possui 01 (um) extintor de incêndio, 4kg, tipo pó químico seco ABC.

#### **11.6 MOBILIÁRIOS**

I. Confeccionados em MDF com revestimento melamínico interno e externo, com acabamento texturizado em duas cores, puxadores metálicos tipo alça de espessura 9mm, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca. Os cantos e bordas são devidamente boleados (arredondados) para evitar escoriações nos usuários, e os tampos além de serem arredondados recebem tratamento e pintura em Laca PU ou fabricados em MDF texturizado revestido do tipo amadeirado com acabamento com fita de borda, oferecendo maior proteção, impermeabilização, facilita a limpeza e assepsia. Todas as gavetas são instaladas com corrediças metálicas e mecanismo de travamento (evita abertura durante a locomoção).

#### **11.7 SISTEMA HIDRÁULICO**

I. Possuem dois reservatórios de água, um para água limpa e outro para água servida, ambos com capacidade de 100 litros cada. A alimentação se dá através de bomba elétrica centrifuga com potência adequada ao atendimento da unidade;

II. Caixas d'água são fabricadas com capas de material PP; flanges de entrada e saída em PVC. Leitura de nível de fluido através de sensores de nível tipo pendulo; relés de nível alimentados por tensão 220VCA para controle através de comutação de sinalizadores indicadores de nível das caixas d'água também alimentados por tensão 220VCA e controle de alimentação de fontes necessárias de saída 12VCC; dedicadas para bomba d'água do tipo pressurizadora e de mesma tensão com vazão de 1.9 GPM (galões por minuto) ou 7 L/min (Litros por minuto) e pressão 25 PSI ou 1.7 bar.

III. Rede hídrica de consumo distribuída, abastecimento e lavagem através de mangueira ½ polegada de diâmetro em PVC flexível, reforçada com malha de fios em poliéster e cobertura em PVC flexível; derivações ou ramificações por conexões em PVC de 30 metros;

IV. A Rede hídrica de coleta de esgoto; em tubo PVC rígido de 25mm de diâmetro, e/ou tubo PVC flexível e reforçado com PVC rígido de 1" polegada de diâmetro, com conexões em PVC rígido.

## 11.8 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO

I. A unidade hidráulica acionada por motor elétrico 220 V, com energia elétrica proveniente de rede externa. Acionamento por manivelas, com válvulas direcionais, filtros, visores e bloco de distribuição que garantirão o bom funcionamento do sistema.

### ANEXO - B

#### DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**1. Tratamento de Dados Pessoais.** As Partes se comprometem a, caso realizarem atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”), em razão do objeto deste Contrato, proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais, e declaram que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirão toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei n.º 13.709/2018.

**1.1.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à política corporativa de segurança da informação e da política de privacidade da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**1.2.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados da DPE-RO que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato, não sendo admitida, em hipótese alguma, a utilização das bases de dados diversamente do objeto do Contrato, exceto se houver consentimento explícito do titular.

**2. Agentes de Tratamento.** As Partes concordam que, no âmbito da execução do Contrato, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA atuará como controladora dos Dados Pessoais e a CONTRATADA atuará como operadora, nos termos da legislação aplicável.

**2.1.** A CONTRATADA cooperará com a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

**2.2.** A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados da DPE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

**2.3.** A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados da DPE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

**3. Finalidades de Tratamento.** A CONTRATADA somente poderá tratar os dados pessoais a que tenha acesso em razão de suas atribuições sob o Contrato com o objetivo exclusivo de alcançar as finalidades diretamente relacionadas para: a execução do seu objeto, o cumprimento de obrigações contratuais, legais e/ou regulatórias, o exercício regular de direito, o cumprimento de determinação judicial ou por requisição da ANPD. É vedado o tratamento de dados pessoais para outras finalidades não expressamente previstas neste Contrato.

**3.1.** O tratamento de dados pessoais ocorrerá exclusivamente para propósitos legítimos,

específicos, explícitos e informados ao titular, direta ou indiretamente, e dar-se-á consoante as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

**3.2.** Qualquer tratamento de Dados Pessoais realizado pela CONTRATADA que extrapole as finalidades previstas neste Contrato e o escopo das instruções fornecidas pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA é proibido e será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, obrigando-se a CONTRATADA a indenizar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por todo e qualquer dano e prejuízo eventualmente lhe causados e a terceiros em razão de tal tratamento não autorizado.

**3.3.** Caso a CONTRATADA precise de qualquer porção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato para cumprir obrigações legais ou regulatórias a que esteja sujeita ou para exercer seus direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais existentes, deverá informar tais necessidades à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, por escrito e detalhadamente, com razoável antecedência em relação à realização do tratamento almejado.

**3.4.** A CONTRATADA deverá prontamente notificar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por escrito caso: (i) entenda que qualquer instrução fornecida pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ou seus representantes à CONTRATADA contrarie a legislação aplicável à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato; (ii) exista qualquer fato ou situação específica que razoavelmente impeça a CONTRATADA de cumprir quaisquer de suas obrigações previstas no Contrato e/ou na legislação aplicável no contexto do tratamento dos Dados Pessoais sob este Contrato; e (iii) caso seja acionada judicial ou administrativamente em relação ao tratamento dos Dados Pessoais realizado sob este Contrato.

**3.5.** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso a dados pessoais, tais sistemas devem seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**4. Compartilhamento.** A CONTRATADA não poderá compartilhar quaisquer dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato com terceiros. No entanto, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA poderá autorizar certos compartilhamentos com terceiros nas hipóteses em que se fizerem necessários para o cumprimento do Contrato pela CONTRATADA, autorizações estas que deverão ser feitas por escrito e não poderão ser presumidas.

**4.1.** Caso a CONTRATADA compartilhe Dados Pessoais tratados sob este Contrato com terceiros, a CONTRATADA (i) permanecerá integralmente responsável perante a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA pelas obrigações previstas neste Contrato, inclusive no contexto de eventual tratamento de Dados Pessoais realizados por terceiros em seu nome; e (ii) deverá impor aos terceiros por ela selecionados condições de proteção de Dados Pessoais e segurança da informação que sejam no mínimo equivalentes às presentes nesse Contrato.

**5. Segurança e Governança.** A CONTRATADA se compromete a aplicar medidas técnicas e organizacionais de segurança da informação e governança corporativa aptas a proteger os Dados Pessoais tratados no âmbito do Contrato. Para tanto, a CONTRATADA declara e garante que dispõe de medidas, processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão deste Contrato e compatíveis com a legislação aplicável, incluindo, mas não limitado a adoção de salvaguardas administrativas, técnicas e físicas apropriadas para a proteção dos dados pessoais contra incidentes de qualquer natureza.

**5.1.** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas deverão ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, notadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, mantendo nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger.

**5.2.** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (*role-based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido para garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos.

**6. Incidentes.** Caso a CONTRATADA tenha conhecimento da ocorrência ou mera suspeita de qualquer tratamento de Dados Pessoais não autorizado, indevido e/ou incompatível com a legislação aplicável ou com os termos deste Contrato, acidental ou doloso, incluindo, sem limitação, acessos ou compartilhamentos não autorizados e quaisquer tipos de incidentes de segurança da informação (qualquer destes eventos será considerado, para os fins deste contrato, um “incidente”), ela deverá, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência da ocorrência ou suspeita do incidente, notificar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por escrito e detalhadamente, com a apresentação de todas as informações disponíveis.

**7. Auditoria.** Durante a vigência do Contrato e por até cinco anos após o seu término, será facultado à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, a seu exclusivo critério, realizar auditorias, por si ou por terceiros por ela indicados, nos documentos ou no ambiente de controle de segurança da informação (físico e digital) da CONTRATADA para verificar as medidas e controles de segurança da informação aplicados pela CONTRATADA para avaliar o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato e na legislação aplicável pela CONTRATADA. Para tanto, a CONTRATADA disponibilizará à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA toda a documentação e acesso necessário para demonstrar cumprimento às obrigações previstas no Contrato e na legislação aplicável.

**7.1.** Caso a auditoria realizada pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ou o relatório de auditoria entregue pela CONTRATADA revele alguma inadequação em relação à legislação aplicável e/ou aos termos deste Contrato, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA poderá aplicar as penalidades previstas no art. 52 e seguintes da Lei n. 13.709/2018 e, se for o caso, rescindir o contrato, de acordo com a gravidade da inadequação revelada, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da CONTRATADA arcar com todos os custos incorridos na realização da auditoria, sejam os vícios sanáveis ou não.

**7.2.** As auditorias realizadas após o término do contrato serão permitidas em casos excepcionais, mediante denúncias ou investigações legais.

**8. Propriedade de Resultados.** Nada neste Contrato deve ser considerado cessão ou transferência da propriedade da base de dados da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA à CONTRATADA, sendo certo que todas e quaisquer informações resultantes do tratamento de Dados Pessoais realizado pela CONTRATADA sob este Contrato, incluindo quaisquer inferências geradas a partir de um Dado Pessoal serão de propriedade exclusiva da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

**9. Exercício de Direitos por Titulares.** Caso alguma pessoa a quem se refere qualquer porção dos dados pessoais tratados sob este Contrato (um “titular de dados pessoais”) questione a CONTRATADA sobre o tratamento de seus dados pessoais realizado pelas Partes e/ou solicite o exercício de quaisquer de seus direitos previstos na legislação aplicável, a CONTRATADA deverá se abster de responder ao Titular diretamente e deverá imediatamente informar tal fato à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, por escrito. A CONTRATADA deverá tomar apenas as medidas indicadas pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA para auxiliá-la no atendimento de tais requisições nos termos da legislação aplicável.

**10. Exclusão dos Dados.** A CONTRATADA deverá, a exclusivo critério da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, restituir ou eliminar os dados pessoais tratados no

âmbito deste Contrato após (i) serem cumpridas as finalidades de tratamento previstas no Contrato; (ii) terminada a relação contratual entre as Partes; (iii) houver o recebimento de instrução específica da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA para a sua exclusão; (iv) comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no §5º do art. 8º da Lei n. 13.709/2018, resguardado o interesse público; ou (v) por determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na Lei n. 13.709/2018.

**10.1.** Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias) corridos, excluindo o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, eliminará os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal ou regulatória para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal n.º 13.709/2018.

**11. Responsabilidade e Indenização.** A CONTRATADA será responsável, por si e por seus Colaboradores, pelo tratamento de Dados Pessoais realizado no âmbito do Contrato, devendo manter a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA livre de quaisquer responsabilidades, danos ou prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes de qualquer operação de tratamento de Dados Pessoais realizada em desacordo com o Contrato ou com a legislação aplicável, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato por inadimplemento. As Partes acordam que eventual limitação de responsabilidade prevista no Contrato não se aplica a qualquer violação, pela CONTRATADA, das obrigações relacionadas à proteção de Dados Pessoais assumidas neste Contrato ou previstas na legislação aplicável.

**11.1.** Havendo responsabilização, dano ou prejuízo suportado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em razão de qualquer descumprimento, por ação ou omissão, de obrigações legais, regulatórias ou contratuais relacionadas à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato pela CONTRATADA, incluindo sanções administrativas e condenações em processos judiciais ou arbitrais, deverá a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ser indenizada pela CONTRATADA no valor integral das perdas e danos sofridos, incluindo valores com eventuais condenações, acordos, termos de ajuste de conduta, custas processuais, honorários advocatícios, honorários periciais e demais despesas decorrentes direta ou indiretamente de tal descumprimento pela CONTRATADA.



Documento assinado eletronicamente por **Castiel Ferreira de Paula, Chefe de Departamento**, em 17/06/2025, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Mascarenhas Anderson, Técnica Administrativa**, em 17/06/2025, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0704560** e o código CRC **BAAC7A67**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Contratação

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

**Processo nº:** 3001.105830.2024

**Tipo:** Compra de Material e Contratação de Serviços

**Assunto:** Seguro da Unidade Móvel - Lei 14.133/2021

**ANEXO - SGAP/SGAP-CPC**

**ANEXO II**

**ESTIMATIVA DE PREÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO DO PRÊMIO (R\$)	PREÇO ESTIMADO TOTAL DO PRÊMIO(R\$)	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
01	Serviços de Seguro com Cobertura Compreensiva, abrangendo colisão, incêndio, e roubo/furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, em caso de danos materiais e corporais contra terceiros, Acidentes Pessoais a Passageiros – APP, em caso de morte ou invalidez permanente, assistência 24 horas com cobertura de vidros, espelhos retrovisores, e franquia reduzida de veículos em caso de colisão e serviços de resgate (serviços de guincho) para o veículos constante no Anexo A, sem limites de quilometragem dentro do território do Estado de Rondônia.	Unidade	1	9.370,42	9.370,42	1%
				<b>TOTAL</b>	<b>9.370,42</b>	-

**Obs.:** Os valores acima foram extraídos da Pesquisa de Preços id. 0674800.

---



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 09/07/2025, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0722322** e o código CRC **6FF2D83C**.

---

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.105830.2024.

Documento SEI nº 0722322v1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Contratação

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

**Processo nº:** 3001.105830.2024

**Tipo:** Compra de Material e Contratação de Serviços

**Assunto:** Seguro da Unidade Móvel - Lei 14.133/2021

**ANEXO - SGAP/SGAP-CPC**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(apresentar em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025/DPE-RO**

**EDITAL Nº 26/2025/DPE-RO**

**À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - DPE/RO**

**DO OBJETO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇO UNIT. DO PRÊMIO (R\$)	PREÇO TOTAL DO PRÊMIO (R\$)
01	Serviços de Seguro com Cobertura Compreensiva, abrangendo colisão, incêndio, e roubo/furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, em caso de danos materiais e corporais contra terceiros, Acidentes Pessoais a Passageiros – APP, em caso de morte ou invalidez permanente, assistência 24 horas com cobertura de vidros, espelhos retrovisores, e franquia reduzida de veículos em caso de colisão e serviços de resgate (serviços de guincho) para o veículos constante no Anexo A, sem limites de quilometragem dentro do território do Estado de Rondônia.	Unid.	1		
TOTAL					

**Valor Total da Proposta:** R\$ \_\_\_\_\_(valor por extenso).

**Prazo de validade da Proposta:** \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias.

**DADOS DO PROPONENTE:**



<b>Razão Social:</b>	
<b>CNPJ:</b>	<b>Telefone/Celular:</b>
<b>Endereço:</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-mail:</b>	

**DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA:**

<b>Nome:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>
<b>CPF:</b>	<b>Cargo/Função:</b>	
<b>RG nº.:</b>	<b>Expedido por:</b>	
<b>Naturalidade:</b>	<b>Nacionalidade:</b>	

**DADOS BANCÁRIOS:**

<b>Banco:</b>
<b>Conta Corrente:</b>
<b>Agência:</b>

Declaramos conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital deste pregão, apresentamos nossa proposta de preços para fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaramos que proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação do edital e que todas as informações prestadas são verdadeiras, estando cientes de que somos responsáveis pela veracidade destas, na forma da lei.

Declaramos, sob as penas da Lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de

declarar ocorrências posteriores.

Declaramos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto à DPE/RO.

(Local)....., de 2025.

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 09/07/2025, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0722325** e o código CRC **938C4823**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.105830.2024.

Documento SEI nº 0722325v2

# MINUTA



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Comissão Permanente de Contratação

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

**Processo nº:** 3001.105830.2024

**Tipo:** Compra de Material e Contratação de Serviços

**Assunto:** Seguro da Unidade Móvel - Lei 14.133/2021

## ANEXO - SGAP/SGAP-CPC

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

### ANEXO IV

#### MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº** \_\_\_\_/20\_\_\_\_/DPE-RO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 90029/2025/DPE-RO

**PROCESSO SEI:** 3001.105830.2024

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada DPE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado**, Dr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade de nº \_\_\_\_\_ SSP/-\_\_\_\_ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_, nomeado pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**CONTRATADA:** Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na Av. \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações vigentes, atendidas as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a **contratação de serviços de seguro para 1 (um) veículo tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento pertencente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia**, mediante execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência, no edital e seus anexos, cujos elementos a integram.

1.2. Características do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO PRÊMIO	VALOR TOTAL DO PRÊMIO
1					
TOTAL DO CONTRATO					

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

- 2.1. O valor total do presente Contrato importa em **R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**.
- 2.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **\_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA)**.
- 2.3. Após o interregno de um ano, caberá reajuste de preços sempre que solicitado pela CONTRATADA dentro da vigência contratual, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 2.5. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 2.6. O pedido de reajuste deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da publicação do índice referente à data de aniversário do orçamento estimado da contratação.
- 2.7. Apresentado o pedido no prazo estipulado no item **2.6**, os efeitos financeiros retroagirão à data de aniversário do orçamento estimado da contratação.
- 2.8. Caso o pedido seja feito fora do prazo previsto no item **2.6**, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante.
- 2.9. Os reajustes a que a contratada fizer jus e que não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato, salvo quando houver requerimento prévio pendente de análise.
- 2.10. Serão excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajuste eventuais parcelas cuja execução ou fornecimento se encontrem atrasadas por culpa da contratada.
- 2.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 2.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 2.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s)

que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**2.14.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**2.15.** A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** para responder ao pedido de reajuste de preços, prorrogável por igual período.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**3.1.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

**3.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**3.1.2.** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**3.1.3.** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**3.1.4.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**3.1.5.** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**3.1.6.** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**3.1.7.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**3.1.8.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**3.1.9.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**3.1.10.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O modelo de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no item **07** Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**6.1.** Conforme descrito no item **10** do termo de referência.

**6.2.** Além das obrigações previstas no item **10** do termo de referência, a contratada deverá observar a Política de Segurança da Informação da DPE/RO, constante na [Resolução nº 149/2024-CS/DPERO](#).

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**7.1.** Será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato, observadas as condições estabelecidas nas demais cláusulas deste instrumento.

**7.2.** Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**7.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

**7.4.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade por até **10 (dez) dias** após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**7.5.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**7.6.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item **7.7** deste contrato.

**7.7.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**7.8.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**7.8.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas:

**7.8.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**7.8.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**7.9.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **7.8**, observada a legislação que rege a matéria.

**7.10.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica indicada, com correção monetária.

**7.11.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**7.12.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

**7.13.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**7.14.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

**7.15.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**7.15.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas

contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**7.15.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

**7.16.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**7.17.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**7.18.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**7.18.1.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**7.18.2.** Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

**7.18.3.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento será feito conforme disposto no item **9.2 e 9.3** do termo de referência.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **16** do Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DEZ - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

**10.1.** Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa do presente contrato estão previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA exercício **2025**, na dotação abaixo discriminada:

**10.1.1. Unidade Orçamentária:** 30011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**10.1.2. CNPJ:** 06.188.804/0001-42

**10.1.3. Fonte de Recurso:** 1.759.0.08030 – Recursos Vinculados a Fundos – FUNDEP / 2.759.0.08030 – Recursos Vinculados a Fundos – FUNDEP (Superávit)

**10.1.4. Programa:** 1009 – Estruturação e Modernização da DPE/RO

**10.1.5. Ação:** 2531 – Aparelhar e Manter o Funcionamento das Unidades da DPE/RO

**10.1.6. Natureza da Despesa:** 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

**10.1.7. Nota de Empenho:** **NEXX20XX**

## **11. CLAUSULA ONZE – DA GESTAO E FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**11.3.** As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **11.6. Da fiscalização**

**11.6.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO, será(ão) designado(s) representante(s) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**11.6.2.** Competirá ao fiscal/comissão de fiscalização, dentre outras atribuições previstas em regulamento:

**11.6.2.1.** Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar a execução do objeto, antecipar soluções para problemas potenciais e esclarecer dúvidas da contratada.

**11.6.2.2.** Manter cópias de documentos contratuais e aditivos, conhecendo a legislação pertinente.

**11.6.2.3.** Registrar o teor do contrato, legislação relevante e ocorrências no SEI.

**11.6.2.4.** Orientar a contratada sobre a execução correta do contrato e adotar medidas corretivas quando necessário.

**11.6.2.5.** Controlar prazos, notificar a contratada sobre atrasos injustificados e esclarecer sobre penalidades.

**11.6.2.6.** Em obras e serviços de engenharia, anotar ocorrências no diário de obras.

**11.6.2.7.** Receber provisória ou definitivamente o objeto do contrato, registrando conformidade ou rejeição.

**11.6.2.8.** Informar ao Gestor sobre irregularidades e indícios de crimes.

**11.6.2.9.** Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados.

**11.6.2.10.** Diligenciar pela apresentação de documentação necessária à instrução processual.

**11.6.2.11.** Indicar glosas e sugerir penalidades ao contratado por serviços mal executados.

**11.6.2.12.** Certificar notas fiscais antes do pagamento.

**11.6.2.13.** Prestar orientação e sugerir diretrizes ao Gestor, contratado ou Controle Interno.

**11.6.2.14.** Fiscalizar in loco a execução do objeto, garantindo conformidade com os termos contratuais.



**11.6.2.15.** Solicitar meios materiais e logísticos essenciais ao cumprimento do ofício.

**11.6.2.16.** Identificar e avaliar situações de risco, informando ao Gestor quando necessário.

**11.6.2.17.** Informar afastamentos legais com antecedência para providenciar substituição.

**11.6.2.18.** Compete ao fiscal técnico:

**11.6.2.19.** Assessorar o fiscal do contrato na avaliação técnica da execução do objeto contratual.

**11.6.2.20.** Elaborar um relatório técnico abrangente acompanhando e fiscalizando os serviços.

**11.6.2.21.** Notificar antecipadamente ao Gestor do Contrato sobre seus afastamentos legais, com no mínimo 5 dias úteis de antecedência, para possibilitar a adequada substituição legal.

**11.6.3.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**11.6.4.** Para o presente objeto, a fiscalização será realizada pelos servidores a seguir, conforme, salvo necessidade de substituição, a ser consignada em Portaria do Defensor Público-Geral:

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Telefone</b>	<b>e-mail</b>
Fiscal titular				
Fiscal suplente				

#### **11.7. Da gestão do contrato:**

**11.7.1.** Competirá ao gestor do contrato, dentre outras atribuições previstas em regulamento:

**11.7.1.1.** Encaminhar os termos contratuais e aditivos para assinatura, podendo solicitar auxílio do fiscal de contrato para execução dessa tarefa;

**11.7.1.2.** Adotar as providências para que a contratada, quando for o caso, faça a prestação de garantia contratual;

**11.7.1.3.** No caso de contrato de terceirização, exigir da contratada a apresentação de contas vinculadas ao contrato;

**11.7.1.4.** Registrar os instrumentos contratuais e outras informações pertinentes no SIAG - Sistema Integrado de Apoio a Gestão ou outro que o substitua, bem como no portal da transparência da Instituição, mantendo-os atualizados;

**11.7.1.5.** Controlar a validade dos contratos comunicando aos respectivos fiscais, com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes do vencimento, para efeito de renovação ou nova licitação;

**11.7.1.6.** Apreciar a manifestação do fiscal e/ou da unidade interessada no objeto adquirido quanto à continuidade ou não do contrato;

**11.7.1.7.** Oficiar à contratada quanto à regularização das faltas registradas e/ou defeitos observados pelo fiscal na execução do contrato, estabelecendo prazo para a correção;

**11.7.1.8.** Informar à Diretoria Administrativa, nos autos respectivos, o não atendimento à determinação de que trata o inciso anterior, manifestando-se quanto às justificativas apresentadas pela contratada;

**11.7.1.9.** Informar à Diretoria Administrativa sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e/ou sanções que entender cabíveis;

**11.7.1.10.** Implantar instrumentos de controle para assegurar a qualidade dos serviços

prestados, por meio de formulários para sugestão/reclamação, pesquisas diretas de satisfação, urnas coletoras de opinião e outros mecanismos que permitam aferir qualidade e satisfação dos beneficiários da aquisição.

**11.7.1.11.** Cuidar das questões relativas à prorrogação de Contrato junto à unidade competente e aos fiscais, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes, baseado nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

**11.7.1.12.** Outras competências previstas no Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DAS MEDIDAS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**

**12.1.** Nos termos do Regulamento n.º 129/2024/DPG/DPERO, as Partes se comprometem a, caso realizarem atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais"), em razão do objeto deste Contrato, proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais, e declaram que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirão toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018.

**12.2.** As disposições contratuais específicas relacionadas à proteção de Dados Pessoais estão detalhadas no Anexo Único deste contrato.

## **13. CLÁUSULA TREZE - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**13.1.** Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

**13.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

**13.3.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **14. CLÁUSULA QUATORZE - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** Constituem motivos para extinção deste Contrato, mediante decisão formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**a)** o não cumprimento ou o cumprimento irregular de normas editalícias, de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**b)** o desatendimento às determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, ou por autoridade superior;

**c)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**d)** a decretação de falência, insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**e)** a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a

execução do contrato;

**f)** o atraso na obtenção da licença ambiental, a impossibilidade de obtê-la ou a alteração substancial do anteprojeto dela decorrente, ainda que a licença seja obtida no prazo previsto;

**g)** o atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, desocupação ou servidão administrativa, ou a impossibilidade de sua liberação;

**h)** razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade contratante;

**i)** o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**14.2.** O contratado poderá pleitear a extinção deste Contrato nas seguintes hipóteses:

**a)** supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

**b)** suspensão da execução contratual, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**c)** repetidas suspensões da execução contratual que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento das indenizações devidas pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações, e outras previstas;

**d)** atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, nos pagamentos ou nas parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**e)** não liberação, pela Administração, nos prazos contratuais, da área, local ou objeto necessários à execução da obra, serviço ou fornecimento, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive por atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas à Administração relativas à desapropriação, desocupação de áreas públicas ou ao licenciamento ambiental.

## **15. CLÁUSULA QUINZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** O presente Contrato vincula-se ao edital, anexos e a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) da licitação que originou o presente documento.

**15.2.** As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

**15.3.** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**15.4.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

**15.5.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/13, bem como todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las.

**15.6.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15.7.** A DPE/RO providenciará a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia da ampla publicidade, em conformidade com o estabelecido no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como a publicação de seu extrato em seu Diário Oficial Eletrônico.

## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO**

**16.1.** As partes elegem o foro da comarca de Porto Velho/RO, para dirimir todas e quaisquer dúvidas, omissões ou litígios que surgirem da execução do presente Contrato e que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E, para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato, após lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

Porto Velho - RO, na data da assinatura eletrônica.

## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

.....  
Defensor Público-Geral do Estado

## **NOME DA EMPRESA**

.....  
Representante legal da empresa

## **ANEXO DO CONTRATO**

### **DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS RELACIONADAS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**1. Tratamento de Dados Pessoais.** As Partes se comprometem a, caso realizarem atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”), em razão do objeto deste Contrato, proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inclusive nos meios digitais, e declaram que, no contexto do desempenho de suas obrigações contratuais, cumprirão toda a legislação aplicável a tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei n.º 13.709/2018.

**1.1.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à política corporativa de segurança da informação e da política de privacidade da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**1.2.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados da DPE-RO que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato, não sendo admitida, em hipótese alguma, a utilização das bases de dados diversamente do objeto do Contrato, exceto se houver consentimento explícito do titular.

**2. Agentes de Tratamento.** As Partes concordam que, no âmbito da execução do Contrato, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA atuará como controladora dos Dados Pessoais e a CONTRATADA atuará como operadora, nos termos da legislação aplicável.

**2.1.** A CONTRATADA cooperará com a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n.º 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

**2.2.** A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados da DPE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

**2.3.** A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados da DPE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

**3. Finalidades de Tratamento.** A CONTRATADA somente poderá tratar os dados pessoais a que tenha acesso em razão de suas atribuições sob o Contrato com o objetivo exclusivo de alcançar as finalidades diretamente relacionadas para: a execução do seu objeto, o cumprimento de obrigações contratuais, legais e/ou regulatórias, o exercício regular de direito, o cumprimento de determinação judicial ou por requisição da ANPD. É vedado o tratamento de dados pessoais para outras finalidades não expressamente previstas neste Contrato.

**3.1.** O tratamento de dados pessoais ocorrerá exclusivamente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, direta ou indiretamente, e dar-se-á consoante as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

**3.2.** Qualquer tratamento de Dados Pessoais realizado pela CONTRATADA que extrapole as finalidades previstas neste Contrato e o escopo das instruções fornecidas pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA é proibido e será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, obrigando-se a CONTRATADA a indenizar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por todo e qualquer dano e prejuízo eventualmente lhe causados e a terceiros em razão de tal tratamento não autorizado.

**3.3.** Caso a CONTRATADA precise de qualquer porção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato para cumprir obrigações legais ou regulatórias a que esteja sujeita ou para exercer seus direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais existentes, deverá informar tais necessidades à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, por escrito e detalhadamente, com razoável antecedência em relação à realização do tratamento almejado.

**3.4.** A CONTRATADA deverá prontamente notificar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por escrito caso: (i) entenda que qualquer instrução fornecida pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ou seus representantes à CONTRATADA contrarie a legislação aplicável à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato; (ii) exista qualquer fato ou situação específica que razoavelmente impeça a CONTRATADA de cumprir quaisquer de suas obrigações previstas no Contrato e/ou na legislação aplicável no contexto do tratamento dos Dados Pessoais sob este Contrato; e (iii) caso seja acionada judicial ou administrativamente em relação ao tratamento dos Dados Pessoais realizado sob este Contrato.

**3.5.** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso a dados pessoais, tais sistemas devem seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**4. Compartilhamento.** A CONTRATADA não poderá compartilhar quaisquer dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato com terceiros. No entanto, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA poderá autorizar certos compartilhamentos com terceiros nas hipóteses em que se fizerem necessários para o cumprimento do Contrato pela CONTRATADA,

autorizações estas que deverão ser feitas por escrito e não poderão ser presumidas.

**4.1.** Caso a CONTRATADA compartilhe Dados Pessoais tratados sob este Contrato com terceiros, a CONTRATADA (i) permanecerá integralmente responsável perante a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA pelas obrigações previstas neste Contrato, inclusive no contexto de eventual tratamento de Dados Pessoais realizados por terceiros em seu nome; e (ii) deverá impor aos terceiros por ela selecionados condições de proteção de Dados Pessoais e segurança da informação que sejam no mínimo equivalentes às presentes nesse Contrato.

**5. Segurança e Governança.** A CONTRATADA se compromete a aplicar medidas técnicas e organizacionais de segurança da informação e governança corporativa aptas a proteger os Dados Pessoais tratados no âmbito do Contrato. Para tanto, a CONTRATADA declara e garante que dispõe de medidas, processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos dados pessoais tratados em razão deste Contrato e compatíveis com a legislação aplicável, incluindo, mas não limitado a adoção de salvaguardas administrativas, técnicas e físicas apropriadas para a proteção dos dados pessoais contra incidentes de qualquer natureza.

**5.1.** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas deverão ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, notadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, mantendo nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger.

**5.2.** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (*role-based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido para garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos.

**6. Incidentes.** Caso a CONTRATADA tenha conhecimento da ocorrência ou mera suspeita de qualquer tratamento de Dados Pessoais não autorizado, indevido e/ou incompatível com a legislação aplicável ou com os termos deste Contrato, acidental ou doloso, incluindo, sem limitação, acessos ou compartilhamentos não autorizados e quaisquer tipos de incidentes de segurança da informação (qualquer destes eventos será considerado, para os fins deste contrato, um “incidente”), ela deverá, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência da ocorrência ou suspeita do incidente, notificar a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA por escrito e detalhadamente, com a apresentação de todas as informações disponíveis.

**7. Auditoria.** Durante a vigência do Contrato e por até cinco anos após o seu término, será facultado à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, a seu exclusivo critério, realizar auditorias, por si ou por terceiros por ela indicados, nos documentos ou no ambiente de controle de segurança da informação (físico e digital) da CONTRATADA para verificar as medidas e controles de segurança da informação aplicados pela CONTRATADA para avaliar o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato e na legislação aplicável pela CONTRATADA. Para tanto, a CONTRATADA disponibilizará à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA toda a documentação e acesso necessário para demonstrar cumprimento às obrigações previstas no Contrato e na legislação aplicável.

**7.1.** Caso a auditoria realizada pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ou o relatório de auditoria entregue pela CONTRATADA revele alguma inadequação em relação à legislação aplicável e/ou aos termos deste Contrato, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA poderá aplicar as penalidades previstas no art. 52 e seguintes da Lei n. 13.709/2018 e, se for o caso, rescindir o contrato, de acordo com a gravidade da inadequação

revelada, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da CONTRATADA arcar com todos os custos incorridos na realização da auditoria, sejam os vícios sanáveis ou não.

**7.2.** As auditorias realizadas após o término do contrato serão permitidas em casos excepcionais, mediante denúncias ou investigações legais.

**8. Propriedade de Resultados.** Nada neste Contrato deve ser considerado cessão ou transferência da propriedade da base de dados da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA à CONTRATADA, sendo certo que todas e quaisquer informações resultantes do tratamento de Dados Pessoais realizado pela CONTRATADA sob este Contrato, incluindo quaisquer inferências geradas a partir de um Dado Pessoal serão de propriedade exclusiva da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

**9. Exercício de Direitos por Titulares.** Caso alguma pessoa a quem se refere qualquer porção dos dados pessoais tratados sob este Contrato (um “titular de dados pessoais”) questione a CONTRATADA sobre o tratamento de seus dados pessoais realizado pelas Partes e/ou solicite o exercício de quaisquer de seus direitos previstos na legislação aplicável, a CONTRATADA deverá se abster de responder ao Titular diretamente e deverá imediatamente informar tal fato à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, por escrito. A CONTRATADA deverá tomar apenas as medidas indicadas pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA para auxiliá-la no atendimento de tais requisições nos termos da legislação aplicável.

**10. Exclusão dos Dados.** A CONTRATADA deverá, a exclusivo critério da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, restituir ou eliminar os dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato após (i) serem cumpridas as finalidades de tratamento previstas no Contrato; (ii) terminada a relação contratual entre as Partes; (iii) houver o recebimento de instrução específica da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA para a sua exclusão; (iv) comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no §5º do art. 8º da Lei n. 13.709/2018, resguardado o interesse público; ou (v) por determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na Lei n. 13.709/2018.

**10.1.** Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias) corridos, excluindo o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, eliminará os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal ou regulatória para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal n.º 13.709/2018.

**11. Responsabilidade e Indenização.** A CONTRATADA será responsável, por si e por seus Colaboradores, pelo tratamento de Dados Pessoais realizado no âmbito do Contrato, devendo manter a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA livre de quaisquer responsabilidades, danos ou prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes de qualquer operação de tratamento de Dados Pessoais realizada em desacordo com o Contrato ou com a legislação aplicável, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato por inadimplemento. As Partes acordam que eventual limitação de responsabilidade prevista no Contrato não se aplica a qualquer violação, pela CONTRATADA, das obrigações relacionadas à proteção de Dados Pessoais assumidas neste Contrato ou previstas na legislação aplicável.

**11.1.** Havendo responsabilização, dano ou prejuízo suportado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA em razão de qualquer descumprimento, por ação ou omissão, de obrigações legais, regulatórias ou contratuais relacionadas à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato pela CONTRATADA, incluindo sanções administrativas e condenações em processos judiciais ou arbitrais, deverá a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA ser indenizada pela CONTRATADA no valor integral das perdas e danos sofridos, incluindo valores com eventuais condenações, acordos, termos de ajuste de

conduta, custas processuais, honorários advocatícios, honorários periciais e demais despesas decorrentes direta ou indiretamente de tal descumprimento pela CONTRATADA.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Mendonca Tavernard, Analista Jurídico**, em 09/07/2025, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0722328** e o código CRC **85AF5052**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.105830.2024.

Documento SEI nº 0722328v2





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento  
Comissão Permanente de Contratação

Av. Governador Jorge Teixeira, n.º 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - [www.defensoria.ro.def.br](http://www.defensoria.ro.def.br)

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025/DPE-RO

**PARTICIPAÇÃO:** Ampla Participação.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI:** 3001.105830.2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para 1 (um) veículo tipo caminhão-baú com todas as instalações, mobiliários e equipamentos utilizados na adaptação para unidade móvel de atendimento pertencente à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço, com adjudicação global.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 9.370,42 (nove mil trezentos e setenta reais e quarenta e dois centavos).

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA:** 25/07/2025 às 09h00min (Horário de Brasília – DF).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) – Código UASG: 926224

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** Presencialmente das 07h30min às 13h30min (Horário de Rondônia) na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, ou, gratuitamente no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/licitacoes/>.

**MAIORES INFORMAÇÕES:** [licitacao@defensoria.ro.def.br](mailto:licitacao@defensoria.ro.def.br) e telefone (69) 99348-3068.

**Porto Velho - RO, 09 de julho de 2025.**

**LUAN HORTIZ CAMPOS**  
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Pregoeiro(a)**, em 09/07/2025, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0722348** e o código CRC **209C87A3**.

